

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGP

FERNANDA ANTUNES TOFANI LOPES

**DINÂMICA DA CRIMINALIDADE NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE
EVOLUTIVA À LUZ DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS**

Brasília - DF

2025

FERNANDA ANTUNES TOFANI LOPES

**DINÂMICA DA CRIMINALIDADE NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE
EVOLUTIVA À LUZ DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestra em Gestão Pública.

Orientador: Professor Doutor Celso Vila
Nova de Souza Júnior

Brasília - DF

2025

RESUMO

Este trabalho investiga o comportamento temporal dos índices de criminalidade nas 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal, correlacionando-os a fatores socioeconômicos e demográficos. Para isso, dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2011-2021) foram organizados em painel curto, quanto às variáveis explicativas renda *per capita*, Índice Gini, escolaridade, densidade demográfica, desocupação e população jovem, paralelamente às taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI's), de acordo com os bancos de dados da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). Por meio de regressões lineares, a pesquisa identificou associações com significância estatística entre todas as variáveis testadas, estando os aumentos da renda, da escolaridade, da densidade demográfica e da desocupação relacionados à redução da criminalidade, enquanto os altos índices de desigualdade e o aumento do percentual da população jovem relacionam-se ao incremento nas taxas de crimes. O estudo é o primeiro a se valer da análise de dados em painel com esta temática no Distrito Federal, permitindo uma avaliação evolutiva da criminalidade violenta – com tendência decrescente nos últimos anos –, e oferecendo significativa contribuição para a compreensão do fenômeno do crime nesta unidade federativa.

Palavras-chave: Criminalidade, Variáveis Socioeconômicas, Distrito Federal, Segurança pública.

ABSTRACT

This study investigates the temporal behavior of crime indices across the 33 Administrative Regions of the Federal District, correlating them with socioeconomic and demographic factors. For this purpose, data from District Household Sample Survey (2011-2021) were organized into a short panel, regarding the explanatory variables per capita income, Gini Index, education level, demographic density, unemployment, and youth population, alongside the rates of Intentional Lethal Violent Crimes (CVLI's) for the corresponding periods, according to the data from the Civil Police of the Federal District (PCDF). Through linear regressions, the research identified statistically significant associations between all the variables tested, with increases in income, education level, demographic density and unemployment being associated with a reduction in crime rates, while higher inequality indices and an increasing percentage of the youth population were related to an increase in crime rates. This study is the first to utilize panel data analysis on this topic in the Federal District, enabling an evolutionary assessment of violent crime – which has shown a decreasing trend in recent years – and offering a significant contribution to the understanding of the crime phenomenon in this federal unit.

Keywords: Criminality, Socioeconomic Variables, Federal District, Public Security.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variáveis Socioeconômicas e Demográficas	35
Tabela 2 - Médias	46
Tabela 3 - Estatísticas Descritivas das Variáveis.....	48
Tabela 4 – Teste <i>Hausman</i> – Coeficientes e Diferenças	49
Tabela 5 - Resultados das Regressões. Variável dependentes: <i>Incremesvio</i>	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População por RA.....	24
Gráfico 2 - Ocorrências de estelionato no Distrito Federal (2016 – 2023).....	30
Gráfico 3 - População das Regiões Administrativas por ano	44
Gráfico 4 - CVLI's por 100 mil habitantes	44
Gráfico 5 - CVLI's em números absolutos	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Correção Serial	42
Figura 2 – Comportamento das taxas de CVLI's ao longo dos anos	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CVLI's – Crimes Violentos Letais Intencionais

DF – Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal

PDAD – Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RA – Região Administrativa

SSPDF – Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. REVISÃO DE LITERATURA.....	12
1.1. Teorias sobre Criminalidade e seus Determinantes.....	12
1.1.1. Teoria da Anomia.....	12
1.1.2. Teoria da Escolha Racional.....	13
1.1.3. Teoria da Desorganização Social.....	14
1.1.4. Criminologia Crítica.....	15
1.2. Estudos empíricos sobre criminalidade e fatores socioeconômicos	17
1.3. Formação Urbanística do Distrito Federal	21
1.4. Estruturação da Segurança Pública no Distrito Federal.....	25
1.5. Panorama da criminalidade no Distrito Federal	28
2. METODOLOGIA	31
2.1. Modelo Teórico e Hipóteses	31
2.2. Dados e Fontes.....	35
4. CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

A criminalidade é um fenômeno multifacetado que afeta comunidades em todo o mundo, manifestando-se de várias formas e intensidades. O problema remonta aos primórdios da civilização e está enraizado em uma interseção complexa de fatores socioeconômicos, culturais e estruturais, cuja compreensão é essencial para abordar eficazmente os fatores que apresentam íntima correlação com o crime.

De acordo com o relatório *The Global Organized Crime Index* de 2023, divulgado pela *Global Initiative*, cerca de 83% da população mundial reside em países com elevados índices de criminalidade e com reduzida resiliência ao crime organizado. O estudo revelou, ainda, que a criminalidade continua a crescer em um ritmo surpreendente, evidenciando-se as dificuldades envolvidas na abordagem desse fenômeno, bem como apontou o Brasil como o mais violento dos países lusófonos.

A quarta edição do *Global Study on Homicide* (2023), promovido pelo Escritório sobre Drogas e Crime da Organização das Nações Unidas (ONU), também trouxe dados preocupantes, indicando o Brasil como líder mundial no *ranking* de países com mais homicídios, em números absolutos. Foram registrados 45.562 assassinatos no país em 2021, seguido da Índia, com 41.330 casos, e do México, com 35.700.

Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 constatou um leve recuo, estimado em 2,2%, nos registros de mortes violentas intencionais no ano de 2022, quando comparado com o ano de 2021, mas destacou que, considerados os limites metodológicos, esse dado, nem de longe, revela uma nação mais segura, tratando-se de um país violento e profundamente marcado pelas diversidades que qualificam quem são e onde moram as vítimas.

Diante desse cenário, o debate sobre criminalidade e segurança pública permanece urgente, e o estudo dos fatores associados a tais índices revela-se de salutar importância. Para Ferreira (2021), embora a produção acadêmica nacional sobre crime, violência e segurança pública esteja em desenvolvimento há mais de trinta anos, consolidando-se um campo de pesquisa próprio, a dificuldade de acesso às informações, organizações, pessoas e bases

de dados confiáveis ainda representa um grande obstáculo, com significativa repercussão no âmbito da gestão das políticas de segurança pública.

Quanto ao Distrito Federal, os números divulgados anualmente pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) parecem revelar uma Brasília relativamente segura, com adjacências significativamente violentas. O contexto é de grande heterogeneidade socioeconômica entre as Regiões Administrativas (RA's), retratada por um dos maiores Índices de Gini do Brasil – 0,566, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2021 –, o que proporciona um cenário único para se investigar as nuances dessa relação.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Distrito Federal tem a maior renda domiciliar *per capita* do país, e o bairro com a cifra de maior média nacional – Lago Sul (CODEPLAN, PDAD 2021) – equiparável a países desenvolvidos, como Coréia do Sul e Portugal (*World Bank*, 2022), enquanto também abriga a maior favela do Brasil – Sol Nascente e Pôr do Sol (Censo IBGE, 2022) – e uma Região Administrativa tão pobre quanto países africanos, como Zâmbia e Zimbábue – a Estrutural (CODEPLAN, PDAD 2021 e *Word Bank*, 2022).

Surge, então, a necessidade de estudos que se aprofundem na compreensão do fenômeno do crime, sob a perspectiva relacional entre a violência e os fatores socioeconômicos e demográficos das Regiões Administrativas do Distrito Federal, com todas as suas peculiaridades urbanísticas.

O objetivo geral deste estudo, portanto, consistiu promover uma análise temporal da relação entre variáveis socioeconômicas e demográficas e os índices de criminalidade nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, a partir da construção de um painel de dados, visando a compreender a influência de tais fatores no fenômeno do crime e a subsidiar a formulação de políticas de segurança pública.

Além disso, visou-se a identificar padrões temporais e especiais das taxas de criminalidade, a partir da análise evolutiva dos números consolidados em bases de dados confiáveis, verificando-se tendências e possíveis correlações seriais entre as RA's ao longo dos anos.

Para tanto, com base na revisão de literatura e considerando a disponibilidade dos dados nas últimas 5 (cinco) edições da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada bianualmente pela Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (CODEPLAN), foram selecionadas e contabilizadas as variáveis explicativas renda, índice Gini, educação, desocupação, densidade demográfica e população jovem, bem como as ocorrências policiais versando sobre Crimes Violentos Letais Intencionais registradas nos mesmo período, de acordo com a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

Este trabalho foi estruturado em 4 (quatro) capítulos, subsequentes à introdução. O primeiro capítulo aborda a revisão de literatura acerca das teorias criminológicas que se relacionam à temática em apreço, bem como os estudos empíricos já realizados sobre criminalidade e fatores socioeconômicos. Na sequência, foi pincelada a formatação urbanística do Distrito Federal e a estruturação da Segurança Pública local, além de ter sido traçado um panorama geral da criminalidade no DF.

No segundo capítulo, apresentou-se a metodologia do trabalho, pontuando-se o modelo teórico e as hipóteses, os dados e as fontes, as estratégias de análise, bem como as limitações da pesquisa e os desafios metodológicos. No terceiro, foram apresentados os resultados das regressões em painel e os principais achados visuais obtidos a partir das ferramentas gráficas. Os resultados esperados e inesperados foram discutidos e comparados com as expectativas sugeridas pela literatura.

Ao final, foram apresentadas as conclusões da pesquisa, com o apontamento das contribuições oferecidas, e com recomendações para trabalhos futuros.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1. Teorias sobre Criminalidade e seus Determinantes

As motivações por trás do comportamento criminoso têm sido objeto de estudo e debate ao longo da história. Diversas teorias, no âmbito da criminologia, foram propostas para tentar compreender este fenômeno, sob o espectro de uma ampla gama de fatores, incluindo psicológicos, biológicos, sociais e econômicos.

Algumas delas, visando a superar as percepções reducionistas, como a Teoria de Cesare Lombroso (1835 - 1909), desenvolvida no século XIX, que acreditava em um perfil físico e anatômico dos chamados “criminosos natos”, e que inspirou o nascimento de uma polícia como instrumento de opressão (Coelho dos Santos, 2024), trabalham com a complexidade do fenômeno a partir do ambiente em que o indivíduo se insere. Essas correntes compõem, portanto, importante arcabouço teórico para a presente pesquisa.

1.1.1. Teoria da Anomia

Originalmente proposta pelo sociólogo Émile Durkheim e posteriormente desenvolvida por Robert K. Merton, a teoria da anomia explora como a falta de integração entre os objetivos culturais e os meios institucionais pode levar ao surgimento do crime. De acordo com essa teoria, quando os indivíduos percebem que as oportunidades legítimas de alcançar sucesso são limitadas ou inacessíveis, eles podem recorrer a meios ilegais para alcançar seus objetivos (Rego, 2020).

O conceito de “anomia” refere-se a um estado de desordem ou ausência de normas sociais que ocorre quando há um rompimento entre os objetivos culturais de uma sociedade e os meios legítimos disponíveis para alcançá-los.

Durkheim introduziu o termo no final do século XIX, ao estudar as taxas de suicídio em diferentes sociedades. Ele argumentou que a anomia surge em períodos de mudanças sociais rápidas, quando as normas tradicionais

perdem sua força e deixam de orientar adequadamente o comportamento das pessoas. Nesse estado, os indivíduos podem sentir-se desorientados, desconectados ou sem propósito, o que aumenta a probabilidade de comportamentos desviantes (Santos e Oliveira, 2017).

Robert Merton, nos anos 1930, expandiu a teoria de Durkheim para analisar a estrutura social dos Estados Unidos. Ele sugeriu que a anomia ocorre quando há um desalinhamento entre os objetivos culturalmente valorizados, como o sucesso econômico, e os meios institucionais disponíveis para alcançar esses objetivos, como a educação e o emprego formal. Segundo Merton, essa discrepância leva os indivíduos a adotar diferentes formas de adaptação, e algumas delas podem ser desviantes (Rego, 2020).

A anomia, contudo, tem causas múltiplas, sendo o seu tronco o desequilíbrio entre metas e meios sociais, o que provoca uma reação em cadeia, com comportamentos de diferentes gravidades. Quando o assunto é violência urbana no Brasil, a ausência do poder público nos subúrbios permitiu o surgimento do crime organizado, que passou a impor suas próprias leis, provocando dúvidas na população quanto às regras a serem seguidas. Aos poucos, inverteram-se os valores e foram sendo perdidas as referências, ápice da anomia (Santos e Oliveira, 2017).

1.1.2. Teoria da Escolha Racional

Já a Teoria da Escolha Racional, um conceito fundamentado na criminologia e na economia, postula que os indivíduos são racionais e calculistas em suas decisões, pesando os custos e benefícios de suas ações antes de agir. Essa perspectiva enfatiza que as pessoas procuram maximizar seus próprios interesses, escolhendo as opções que lhes oferecem o maior benefício com o menor custo (Figueiredo, 2021).

Tal abordagem tem sido aplicada ao estudo do comportamento criminoso, em que os indivíduos são vistos adotando decisões racionais sobre se envolver ou não em atividades ilegais, com base nas recompensas percebidas e nos riscos associados. Ela poderia ser usada, por exemplo, para explicar os padrões não lineares dos crimes chamados de predatórios, como

roubos e furtos à residência, cuja lógica por trás da variação semanal, diária e mensal estaria relacionada às oportunidades do crime (Almeida et al., 2023).

O trabalho do economista Gary Becker, com sua obra "Crime and Punishment: An Economic Approach" (1968), guarda profunda relação com a Teoria da Escolha Racional, e foi o ponto de partida para a análise teórica da violência a partir da perspectiva econômica. Fatores como oferta de trabalho, renda elevada, reduzida desigualdade e eficiência dos órgãos de persecução penal teriam um efeito dissuasório na prática criminosa. Por outro lado, a deficiência desses fatores impactaria no aumento dos índices de criminalidade (Da Silva, 2018).

De acordo com essa teoria, os indivíduos buscam maximizar sua satisfação em todas as situações, sejam elas econômicas ou sociais. Suas decisões são moldadas por incentivos, ou seja, os custos e benefícios que percebem, os quais podem incluir fatores tangíveis, como dinheiro, e intangíveis, como satisfação emocional. Além disso, a teoria pressupõe que as pessoas alocam seus recursos, como tempo, dinheiro e esforço, de maneira eficiente para alcançar seus objetivos. Por exemplo, ao investir em educação, um indivíduo está avaliando o retorno esperado em termos de salário e qualidade de vida futura.

Da mesma forma, escolhas relacionadas à família, como casamento, divórcio ou o número de filhos, podem ser entendidas como decisões baseadas em uma análise racional de custos e benefícios emocionais e financeiros. Até mesmo o crime é analisado sob essa ótica, com Becker sugerindo que uma pessoa decide cometer um ato ilícito ao considerar os benefícios potenciais, como ganhos financeiros, em relação aos custos, como o risco de prisão ou punição (Da Silva, 2018).

1.1.3. Teoria da Desorganização Social

Desenvolvida por sociólogos como Clifford Shaw e Henry McKay, em *Juvenile Delinquency and Urban Areas* (1942), para a Teoria da Desorganização Social, o crime é resultado da desintegração das estruturas sociais em determinadas áreas urbanas. Essa desintegração é causada por fatores como pobreza, desemprego, migração e instabilidade familiar, que

enfraquecem os laços comunitários e reduzem a eficácia dos controles sociais informais. Consequentemente, as normas sociais são enfraquecidas e o crime prospera nessas áreas (Figueiredo, 2021).

Shaw e McKay basearam suas conclusões em estudos de mapeamento geográfico, analisando a distribuição espacial dos crimes em Chicago. Eles observaram que as áreas centrais mais próximas ao centro da cidade, caracterizadas por pobreza e alta rotatividade populacional, apresentavam taxas mais altas de crimes, independentemente das mudanças na composição étnica dos moradores ao longo do tempo. Isso indicava que o crime era um fenômeno ligado às características estruturais do bairro, e não aos atributos culturais ou biológicos dos indivíduos (Silva, 2014b).

A teoria da desorganização social foi posteriormente expandida e refinada, incorporando conceitos como a eficácia coletiva, introduzida por Robert Sampson e seus colaboradores. Esse conceito destaca a importância da confiança mútua e da disposição dos moradores de trabalharem juntos para alcançar objetivos comuns, como a redução do crime. Comunidades com alta eficácia coletiva conseguem superar os desafios da desorganização social, mesmo em contextos de pobreza ou diversidade étnica.

Essa teoria enfatiza o papel do ambiente social na determinação do comportamento criminoso e destaca a importância de abordagens de intervenção que visem a fortalecer os laços comunitários e a melhorar as condições socioeconômicas. Em suma, o crime apareceria em comunidades caracterizadas pela desorganização social, perpetuando-se através de um processo de transmissão cultural entre gerações (Silva, 2014b).

1.1.4. Criminologia Crítica

Na década de 1960, surgiu a chamada Criminologia Crítica, como uma reação às teorias criminológicas positivistas, que focavam no comportamento desviante de indivíduos, isolando-os do contexto social e econômico. Essa macro corrente teórica argumenta que o sistema penal é moldado por interesses econômicos e políticos e que a definição de crime, bem como sua aplicação, tende a favorecer as elites e a marginalizar as classes mais baixas. Destaca-se o papel das desigualdades estruturais como fator central

para a compreensão da criminalidade, propondo que o crime deve ser entendido como resultado de uma complexa interação entre fatores econômicos, sociais e políticos (Taylor, Walton e Young, 1973).

No cerne da Criminologia Crítica, portanto, está a compreensão de que o crime é uma construção social. A seleção do que é ou não criminalizado reflete interesses das classes dominantes, que utilizam o sistema penal para consolidar seu poder e perpetuar a desigualdade. Essa tese é amplamente explorada na obra de Valeria Vegh Weis, que, em *Marxism and Criminology: A History of Criminal Selectivity* (2017), apresenta a seletividade penal como uma característica estrutural do sistema capitalista. Segundo a autora, as leis penais e sua aplicação favorecem as elites ao focar desproporcionalmente nos comportamentos das classes populares, ignorando ou minimizando as transgressões das classes mais altas, como crimes financeiros e ambientais.

Inspirados por autores como Michel Foucault, os criminólogos críticos examinam como as práticas penais e institucionais, incluindo a vigilância e o encarceramento, são utilizadas para disciplinar e marginalizar determinadas populações. Em *Vigiar e Punir* (1975), Foucault descreve como a transição de punições corporais para sistemas de encarceramento reflete uma transformação nas tecnologias de poder, com o controle se tornando mais sutil, mas também mais abrangente. Essa abordagem ilumina as conexões entre o poder estatal, a economia e a criminalização de grupos vulneráveis, como minorias étnicas e pessoas em situação de pobreza.

Além disso, a criminologia crítica incorporou um olhar interseccional, especialmente nos debates contemporâneos. A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, é utilizada para explorar como múltiplas formas de opressão – como racismo, machismo, homofobia e classismo – interagem no contexto do sistema penal. Essa perspectiva amplia a análise criminológica ao considerar como diferentes identidades sociais influenciam a experiência com o controle social e a justiça criminal. Por exemplo, mulheres negras enfrentam formas específicas de opressão que não podem ser compreendidas isoladamente, seja pelo prisma do racismo ou do sexismo (Ferreira, 2016).

No América Latina, a criminologia crítica ganhou força na década de 1970, com destaque para a Venezuela e para os estudos de Lola Aniyar de

Castro e Rosa del Olmo (2004), sob a influência do filósofo italiano Alessandro Baratta (2002). Ele propôs que a região reconhecesse e resistisse a modelos penais europeus e positivistas. Baratta, junto aos criminólogos latino-americanos, defendeu que a construção de uma criminologia relevante exigia uma reflexão política que considerasse as realidades locais.

O movimento conhecido como "Criminologia da Libertação" enfatizou a complexidade do controle penal, buscando desvincular-se das estruturas de poder vigentes. Essa abordagem rejeitou a simples reprodução dos modelos europeus, levando em conta as diversas realidades sociais e políticas da América Latina. Em 1981, foi criado o Grupo Latino-Americano de Criminologia Crítica, que propôs uma mudança epistemológica para desenvolver uma teoria crítica que refletisse essas particularidades.

Eugenio Raúl Zaffaroni (2001) fez contribuições significativas à criminologia crítica na América Latina, sugerindo estratégias para limitar o poder punitivo e defender intervenções mínimas. Entre os importantes intelectuais brasileiros, Heleno Fragoso e Juarez Cirino dos Santos criticaram o positivismo e introduziram novas perspectivas, como a "Criminologia Dialética", que buscava uma compreensão mais integrada e abrangente das questões criminais e sociais.

A criminologia crítica no Brasil passou a investigar como a criminalização seletiva e as políticas repressivas reforçam as desigualdades sociais, especialmente nas periferias urbanas. Estudos como Juarez de C. Santos (1979) indicaram que a abordagem repressiva do sistema penal brasileiro se manifesta principalmente nas comunidades de baixa renda, onde o policiamento ostensivo e as abordagens violentas são mais comuns.

1.2. Estudos empíricos sobre criminalidade e fatores socioeconômicos

A relação entre variáveis socioeconômicas e a criminalidade é uma temática de grande relevância para os estudos de criminologia e políticas públicas, com diversas abordagens empíricas sendo discutidas na literatura especializada. Compreender como diferentes fatores, como educação, desigualdade social, emprego e características demográficas influenciam os

índices de criminalidade é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e redução da violência. A interação entre esses elementos não ocorre de forma isolada, mas dentro de um contexto social mais amplo, em que fatores estruturais e históricos desempenham papéis significativos.

O Brasil ostenta uma longa tradição de disparidades socioeconômicas, e essa realidade está refletida na dinâmica da criminalidade. A gestão da segurança pública nos grandes centros urbanos é frequentemente marcada por políticas repressivas que visam a conter a criminalidade sem abordar suas raízes.

Souza explicita que a dificuldade de acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, deixa os indivíduos mais vulneráveis, por exemplo, ao recrutamento por organizações criminosas (Souza, 2023).

Nesse contexto, a busca pela compreensão do comportamento delituoso, a partir de variáveis socioeconômicas, vem sendo objeto de relevantes pesquisas científicas nacionais, em diferentes regiões do país, dadas as peculiaridades de cada uma delas.

A literatura destaca, neste ponto, a importância de se reconhecer os aspectos criminológicos de cada região, a partir de uma abordagem que considere as especificidades e condições de incidência de certos tipos de delitos em determinado território, conforme prelecionam Cerqueira e Lobão (2004):

(...) não bastaria apenas saber que na Favela da Maré existem cerca de 130 mil moradores, assim como é simplória a construção de um batalhão da PM naquele local, para solucionar os problemas de criminalidade lá existentes. Precisaríamos saber muito mais, como quais as crianças que estão em idade escolar, quantas famílias poderiam ter um negócio autossustentado, mas necessitam de microcrédito, se existem problemas de direito de propriedade, quais as dinâmicas criminais presentes, quais os canais culturais e esportivos existentes, quais os problemas de saneamento, de saúde... Enfim, o Estado não apenas está ausente das comunidades mais pobres como desconhece quase completamente as suas realidades, ou pelo menos o suficiente para engendrar ações multidisciplinares interinstitucionais de forma orgânica, com base em análises criteriosas e metodologicamente consistentes. (p.373)

A primeira pesquisa científica que correlacionou a criminologia a fatores socioeconômicos no Brasil foi a da antropóloga Alba Zaluar (1985), que, interessada em desafiar a visão, então disseminada, de relação direta entre

pobreza e violência, desenvolveu um trabalho nas favelas e comunidades do Rio de Janeiro, com destaque para o conjunto habitacional Cidade de Deus, através de um estudo diversificado da vida de seus moradores, que incluiu a identidade do trabalho, a constituição de famílias, o lazer e a religião, buscando entender, dentre outros aspectos, as diferentes histórias de vida que levam ao trabalho ou ao caminho do banditismo.

Andrade e Lisboa (2000) analisaram a relação entre taxas de homicídio e variáveis econômicas que afetavam a população masculina em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, no período de 1981 a 1997. Este estudo se destacou ao segmentar as taxas de homicídios por gênero e faixa etária, revelando que tais variáveis apresentavam coeficientes significativamente diferentes de zero para jovens entre 15 e 19 anos. Os pesquisadores também notaram que, como era esperado, o aumento do salário real e a diminuição da desigualdade estavam associados à redução nas taxas de homicídio. Contudo, de maneira inesperada, uma queda no desemprego parecia estar ligada a um aumento na taxa de homicídios.

Araújo e Fajnzylber (2001) utilizaram um modelo econométrico para investigar o impacto de variáveis econômicas e demográficas sobre a criminalidade em todos os estados brasileiros entre 1981 e 1996. Eles verificaram que a educação tinha um efeito negativo em relação aos crimes contra a pessoa, mas um efeito positivo sobre crimes contra a propriedade. Concluíram que a criminalidade é mais pronunciada entre os jovens, e que, em faixas etárias menores, as variáveis como renda, desemprego e a presença de chefes de família do sexo feminino apresentavam maiores impactos.

Santos e Kassouf (2007), seguindo a abordagem econômica de Becker, analisaram dados em painéis para testar a hipótese de que atividades ilegais lucrativas elevam as taxas de criminalidade. Seus resultados mostraram que o tráfico de drogas está associado a altas taxas de criminalidade, além de indicar que a desigualdade de renda, o crescimento urbano e o desemprego têm efeito positivo sobre a criminalidade. Eles também observaram que a rotatividade no mercado de trabalho se relaciona inversamente com a criminalidade. Já os efeitos das políticas de segurança pública e privada, embora negativos, não foram estatisticamente significativos.

Um estudo de Cerqueira *et. al.* (2016), que correlacionou indicadores de nível escolar às taxas de homicídio no Rio de Janeiro, enfatiza que o aumento no nível educacional tem efeitos positivos sobre a redução da criminalidade, particularmente em áreas de alta vulnerabilidade social. Verificou-se a taxa de reprovação escolar é 9,5 vezes maior em bairros mais violentos, enquanto as taxas de abandono e de distorção idade-série também são, respectivamente, 3,7 e 5,7 vezes maiores nas regiões mais violentas.

Saraiva, Conceição e França (2017) investigaram os determinantes da criminalidade nos municípios do Rio Grande do Sul através de uma análise econométrica espacial. Utilizando uma variável agregada composta por doze tipos de crimes ponderados de acordo com suas penas, o estudo buscou minimizar distorções causadas por crimes menos graves. Os pesquisadores identificaram a presença de padrões espaciais na criminalidade, destacando a influência das cidades vizinhas nas taxas de crime, o que sugere a necessidade de ações de combate ao crime não apenas nas áreas com altos índices, mas também nas redondezas.

Além disso, estudos realizados no estado do Rio de Janeiro, como o de Santos e Oliveira (2017), reforçaram a importância da educação e das políticas públicas de inclusão social na mitigação da criminalidade. A pesquisa conclui que, embora o Rio de Janeiro tenha experimentado melhorias em sua infraestrutura, a persistente desigualdade social e a violência urbana continuam a ser desafios significativos. A presença de facções criminosas em áreas periféricas e a falta de acesso a serviços básicos são fatores que perpetuam a violência na cidade, especialmente em áreas de favelas e comunidades marginalizadas.

Hamberger, Araújo e Valle (2019), analisaram os efeitos de variáveis econômicas, sociais e demográficas sobre a taxa de criminalidade em 4 (quatro) mesorregiões de Minas Gerais. A investigação foi desenvolvida a partir de uma comparação entre os modelos explicativos das regiões com maiores e menores taxas de crimes violentos, por meio da regressão linear com dados em painel. O estudo apontou que a faixa etária entre 15 e 29 anos de idade está mais inclinada a cometer crimes, e que o investimento em esportes tende a reduzir os índices de criminalidade.

Lucas, Cunha e Bondezan (2020) desenvolveram uma análise espacial da criminalidade nos municípios do estado do Paraná e seus possíveis determinantes. A taxa de homicídios por agressões foi usada como *proxy* da criminalidade, e foram utilizadas técnicas de econometria espacial, como a Análise Exploratória de Dados Espaciais, identificando-se o efeito positivo das variáveis coeficiente Gini, densidade demográfica, taxa de desemprego, proporção de jovens do sexo masculino, proporção de lares cujas mães são chefes de família e razão de estudantes com atraso escolar.

A pesquisa de Batista (2023), realizada na região metropolitana de São Paulo, com base nas taxas de homicídio entre os anos de 2001 e 2018, concluiu que a “privação relativa”, apresentada como *proxy* do bem-estar do indivíduo, é multidimensional e determina a potencialidade para o cometimento de crimes. Dentre as variáveis testadas pelo estudo, a educação e a situação do indivíduo que não estuda e nem auferir renda foram as que apresentaram maior elasticidade com as taxas de homicídio.

No âmbito do Distrito Federal, Ariane R. S. Guimarães (2021) propôs uma análise do nexo entre economia, sociedade e segurança, por intermédio da regressão linear múltipla. O trabalho, contudo, encontrou relevante dificuldade na (in) disponibilidade de dados, importante fator limitador da pesquisa. A autora considerou, como variável dependente e, portanto, como indicativo dos níveis de criminalidade, o número de homicídios ocorridos no ano de 2018, de acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública.

As variáveis independentes testadas foram densidade demográfica, índice de Gini, população masculina jovem, e reprovação/abandono escolar (como *proxy* da educação). Destas, apenas as duas últimas apresentaram significância estatística, com efeito positivo nas taxas de homicídios.

1.3. Formatação Urbanística do Distrito Federal

O Distrito Federal é uma unidade federativa singular no Brasil, caracterizada por sua história, urbanismo, estrutura política e dinâmicas demográficas únicas. Criado em 21 de abril de 1960 para abrigar a nova capital

do país, Brasília, o DF materializou um projeto político, econômico e cultural idealizado pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek. Sua concepção remonta à Constituição de 1891, que previa a transferência da capital para o interior do território nacional, visando promover a integração e o desenvolvimento das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos da época (Nunes e Costa, 2007).

A construção de Brasília foi uma empreitada monumental, coordenada por Oscar Niemeyer, responsável pelos projetos arquitetônicos, e Lúcio Costa, idealizador do Plano Piloto. A obra contou com a participação de milhares de trabalhadores, conhecidos como “candangos”, que migraram de diversas partes do país em busca de oportunidades. Apesar das condições adversas, esses trabalhadores desempenharam um papel essencial na construção da cidade, que foi erguida em um prazo recorde de pouco mais de três anos. A criação de Brasília e do DF teve impactos profundos na geopolítica brasileira, deslocando o eixo de poder político para o centro do país e contribuindo para o crescimento das regiões Centro-Oeste e Norte (Holston, 1993).

Do ponto de vista urbanístico, Brasília foi planejada para ser uma cidade funcional, com setores específicos para atividades residenciais, comerciais, administrativas e de lazer. O Plano Piloto, com seu formato característico que lembra um avião e suas asas, é o núcleo central dessa organização. As superquadras residenciais, concebidas por Lúcio Costa, oferecem infraestrutura planejada, com espaços verdes, escolas, igrejas e comércios locais integrados. A cidade foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1987, sendo o único conjunto urbano moderno a receber esse título (UNESCO, 1987).

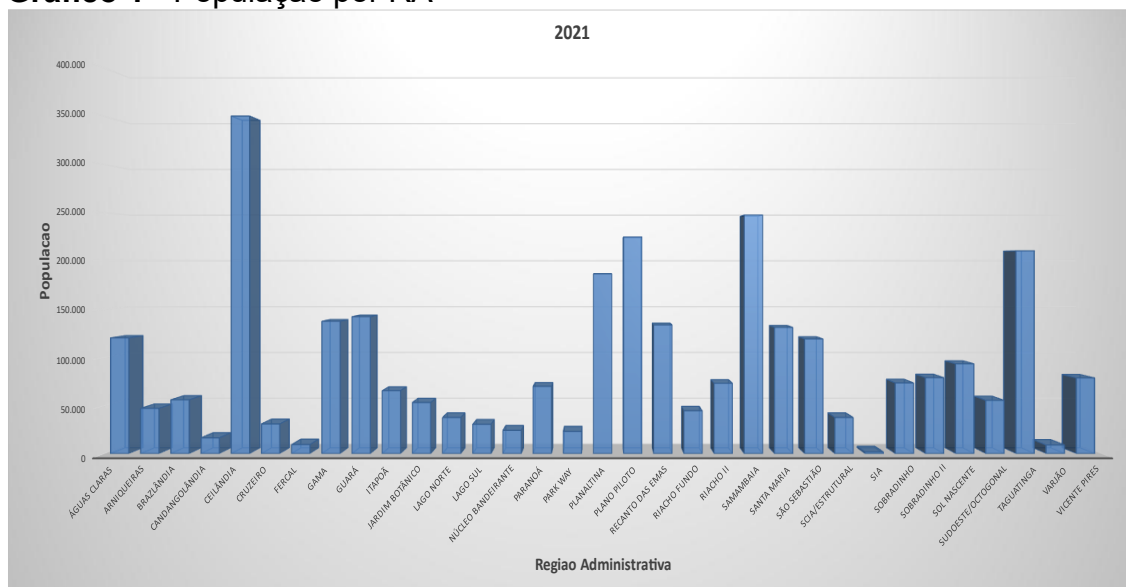
Além do Plano Piloto, o DF é composto por 33 (trinta e três) regiões administrativas (RA's), que apresentam características e níveis de urbanização distintos. Regiões como Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, inicialmente criadas como áreas de apoio ou expansão, cresceram exponencialmente nas últimas décadas e hoje apresentam densidade populacional maior que a do Plano Piloto. Essas regiões, formadas em grande parte por trabalhadores e migrantes, enfrentam desafios de infraestrutura e serviços públicos, reflexo de um crescimento desordenado (Nunes e Costa, 2007).

Sobre a formação e estruturação do Distrito Federal e suas peculiaridades, Aldo Paviani (2005) destaca que:

No processo de urbanização, Brasília acabou se transformando no conjunto atual de núcleos disseminados no território, ou uma constelação urbana, induzida pelo que se considerou 'planejamento urbano'. Nesse território polinucleado, não se percebe a mesma perspectiva futura para as cidades-satélites (por vezes denominada 'periferia') e o Plano Piloto e adjacências (o centro). A periferia, com menor status, foi recebendo população excedente, o operariado, os funcionários de baixo escalão dos governos federal e distrital, os habitantes de favelas 'erradicadas', enfim, os desvalidos. **No centro, esmero nas soluções urbanístico-arquitetônicas; na periferia, carências, descompromisso e demora no atendimento básico. Por isso, o DF pode ser considerado o espaço da exclusão social, propício a todas as formas de violência.** (negrito da autora)

Estruturalmente, por não ser um estado, mas sim uma unidade federativa com características próprias, as funções de governo estadual e municipal são concentradas em um único ente: o Governo do Distrito Federal (GDF). Esse modelo permite maior centralização administrativa, mas também gera desafios na gestão de demandas tão diversas quanto as de uma grande metrópole (Paviani, 2005).

Do ponto de vista demográfico, o DF é uma das unidades federativas mais urbanizadas do Brasil, com mais de 97% da população vivendo em áreas urbanas, segundo o IBGE (2020). Com cerca de 2,8 milhões de habitantes, o DF tem a maior densidade demográfica do país, concentrada especialmente nas regiões administrativas periféricas. O Plano Piloto, embora seja o centro político e econômico, abriga menos de 10% da população total, enquanto áreas como Ceilândia e Samambaia possuem populações superiores a, respectivamente, 350 mil e 240 mil habitantes cada (CODEPLAN, 2021).

Gráfico 1 - População por RA

Fonte: CODEPLAN, 2021.

Já a composição demográfica do DF reflete sua história de migração. Desde sua fundação, Brasília atraiu pessoas de todas as regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, o que resultou em uma população culturalmente diversa. Essa diversidade é evidente nas manifestações culturais, que incorporam influências de várias partes do país. Apesar disso, a desigualdade social é uma marca presente, com disparidades significativas entre o Plano Piloto e as regiões periféricas. Como mencionado, enquanto o Plano Piloto concentra altos índices de desenvolvimento humano (IDH), as regiões administrativas mais afastadas apresentam desafios em áreas como saúde, educação e segurança (Paviani, 2005).

Os desafios contemporâneos do DF incluem a gestão do crescimento populacional, a busca por maior equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental e a redução das desigualdades regionais. Programas governamentais como o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) buscam enfrentar esses desafios, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. No entanto, questões como a precariedade de algumas áreas periféricas e a sobrecarga nos serviços públicos mostram que ainda há muito a ser feito para atender às demandas de uma população em constante crescimento (GDF, 2020).

Pode-se dizer que o DF é um espaço que sintetiza o encontro entre o planejamento modernista e as dinâmicas sociais e econômicas de uma metrópole contemporânea. Sua história é marcada por ambições políticas e desafios sociais, que refletem tanto positiva quanto negativamente em questões vinculadas à segurança pública e à qualidade de vida de seus habitantes.

1.4. Estruturação da Segurança Pública no Distrito Federal

O sistema de segurança pública do Distrito Federal apresenta características únicas no Brasil, resultado de sua relevância como sede do governo federal. Essa especificidade foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que determina que as forças de segurança do DF são financiadas pela União por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Esse modelo de financiamento garante recursos para a manutenção e modernização das instituições de segurança, mas também gera debates sobre a eficiência e transparência na sua aplicação (Brasil, 1988).

A criação do DF exigiu uma estrutura de segurança pública robusta, desenhada para atender a uma capital projetada para ser o centro político e administrativo do país. Inicialmente, as forças de segurança foram organizadas em conformidade com modelos de outras unidades federativas, mas ao longo dos anos passaram por reformas para atender às demandas crescentes de uma população em constante expansão e de uma região com características urbanas e sociais complexas (Paviani, 2005).

Com o crescimento de Brasília e sua consolidação como capital federal, o sistema de segurança pública precisou se adaptar a desafios inéditos.

Atualmente, o sistema de segurança pública do DF é composto pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN-DF) e a Polícia Penal do Distrito Federal. Cada uma dessas instituições desempenha funções específicas, mas todas operam de forma integrada sob a coordenação da Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF). Essa integração é essencial para atender às demandas de segurança em uma região que concentra

atividades políticas e econômicas de grande importância, além de ser ponto de atração para turistas e migrantes (SSP-DF, 2023).

A Polícia Militar do Distrito Federal é responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, destacando-se pela atuação preventiva e pela presença em eventos de grande porte. A Polícia Civil, por sua vez, dedica-se às atividades investigativas e repressivas, contando com delegacias especializadas para lidar com crimes complexos, como corrupção, tráfico de drogas, violência doméstica e crimes cibernéticos. O Corpo de Bombeiros Militar desempenha um papel crucial na resposta a emergências, enquanto o DETRAN-DF contribui para a segurança viária. A Polícia Penal, criada recentemente, cuida da segurança no sistema prisional e da escolta de detentos (SSP-DF).

Segundo o Relatório de Indicadores de Criminalidade da SSP-DF de 2023, o índice de homicídios no DF alcançou o menor patamar dos últimos 20 anos, reflexo de políticas de policiamento comunitário, uso de tecnologia e cooperação entre as forças de segurança. No entanto, outros tipos de crimes têm mostrado crescimento, como os crimes cibernéticos, que aumentaram exponencialmente nos últimos cinco anos, e a violência doméstica, que segue como um dos principais desafios para as autoridades locais.

O uso de tecnologias de ponta tem sido um diferencial no combate à criminalidade no DF. Sistemas de videomonitoramento, aliados a softwares de reconhecimento facial, permitem uma resposta mais ágil a ocorrências em áreas de grande circulação, como o Plano Piloto. Além disso, drones estão sendo utilizados em operações para mapear áreas de risco e monitorar eventos, enquanto ferramentas de análise preditiva ajudam a antecipar tendências criminais. Essas inovações são apontadas como determinantes para o aumento da eficiência nas operações policiais (SSP-DF).

No entanto, desafios permanecem. Um ponto de atenção é a crescente percepção de insegurança relacionada a crimes cibernéticos. Com o aumento do uso de tecnologias digitais, especialmente durante a pandemia de COVID-19, houve um crescimento significativo de fraudes virtuais, ataques a sistemas e invasões de privacidade, exigindo capacitação e expansão das unidades especializadas da Polícia Civil do DF. Além disso, a violência doméstica continua sendo uma prioridade para a segurança pública, com

delegacias especializadas, como as Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM's), desempenhando papel fundamental no enfrentamento desse problema (SSP-DF).

Apesar desses desafios, o sistema de segurança pública do DF é frequentemente citado como referência em inovação e eficiência. A integração entre as forças de segurança e o investimento constante em tecnologia e formação profissional são destacados como fatores que contribuem para a manutenção de índices de criminalidade relativamente baixos em comparação com outras capitais brasileiras.

Sobre isso, importante anotar que o estudo de Ariane R. S. Guimarães (2021) constatou que, embora os índices criminais de homicídios tenham diminuído nos últimos anos no DF, o efetivo policial do DF também enfrentou uma redução significativa nesse período. Foi observado decréscimo de 41% do efetivo da força policial militar e de 22% dos quadros da polícia civil entre 2007 e 2018, enquanto os homicídios reduziram cerca de 29% no mesmo período. Tal análise sugeriu que, ao menos em um primeiro momento, os problemas enfrentados pela segurança pública não se reduzem ao quantitativo de policiais, mas também a fatores como a eficiência na gestão (Guimarães, 2021).

Essas instituições enfrentam diariamente os desafios relacionados à seletividade penal e à criminalização da pobreza, aspectos apontados pela criminologia crítica como problemas estruturais do sistema de justiça. Daí a importância de desenvolver políticas de segurança pública que incorporem a perspectiva da criminologia crítica de forma prática, orientando as forças policiais a atuarem com foco na prevenção e na inclusão, de forma integrada aos demais órgãos e à própria comunidade (Zaffaroni, 2006).

Sobre o tema, Vasconcelos (2023) aponta que:

Desafio semelhante está posto na área do ensino e da produção acadêmica policial, com a expansão de iniciativas que, de início dialógicas com universidades e movimentos sociais, podem derivar para uma tendência de insulamento tecnocrático. **A interlocução entre polícias e ciências sociais foi fundamental para a inclusão de novos conteúdos na formação policial e para a canalização de projetos de reforma de maior ou menor amplitude, associados a políticas de incremento na eficiência e eficácia das organizações. Os cursos de especialização, de mestrado e bacharelados em criminologia e segurança pública têm o potencial de diversificar**

as estratégias de formação, pressionando, pela concorrência, as Academias de segurança pública a readequarem suas concepções acerca do tempo de formação e currículo necessários. No entanto, mesmo que haja fricções e embates no campo do ensino e produção intelectual, em alguma medida há que se criar espaço para a abertura de diálogos com a pretensão das ditas Ciências Policiais, tendo em vista a pluralidade interna dos projetos associados a essa vertente, que podem tornar-se complementares aos propósitos de mudança. Afinal, a interlocução entre universidades, polícias, movimentos sociais, atores políticos, gestores públicos, profissionais da assistência social, entre outros, foi o cerne do desenvolvimento de um campo político democrático na segurança pública. É considerando este percurso que se torna pertinente uma reorientação democrática das tendências ao insulamento que se inicie pela perspectiva dos direitos sociais - das demandas de movimentos sociais, da sociedade civil, de vítimas de violências. Uma possibilidade de resistir aos retrocessos da política e convergir para uma nova repactuação em torno das condições futuras de ampliação dos processos democráticos, consultivos, e deliberativos na segurança pública. (negrito da autora)

Com efeito, a transição para uma política de segurança pública baseada na criminologia crítica exige mudanças institucionais e culturais profundas, que incluem a capacitação dos profissionais em direitos humanos e a promoção de parcerias interinstitucionais para a implementação de programas de inclusão social. Além disso, a resistência interna à mudança e a pressão por respostas rápidas à criminalidade representam obstáculos à adoção de políticas preventivas e restaurativas, que demandam maior investimento em longo prazo.

1.5. Panorama da criminalidade no Distrito Federal

O Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal, vinculado à Universidade de Brasília, em pesquisa publicada em 2023 e destinada a traçar um panorama sobre a situação da segurança pública no DF, com o detalhamento territorial em grupos de regiões administrativas segundo a renda, apontou que “as taxas de mortalidade por violência intencional são muito mais elevadas nas RA’s dos grupos 3 e 4 (média baixa e baixa rendas) do que nos demais grupos”.

Tem-se, ainda, que, entre os crimes violentos intencionais, sem resultado morte, “nas regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica (Grupo 4), a incidência desse tipo de crime é 3,1 e 2,3 vezes maior do que nas regiões de alta e média alta rendas, respectivamente.”

A pesquisa também destacou que, quanto aos crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos contra transeuntes, os números mostram que

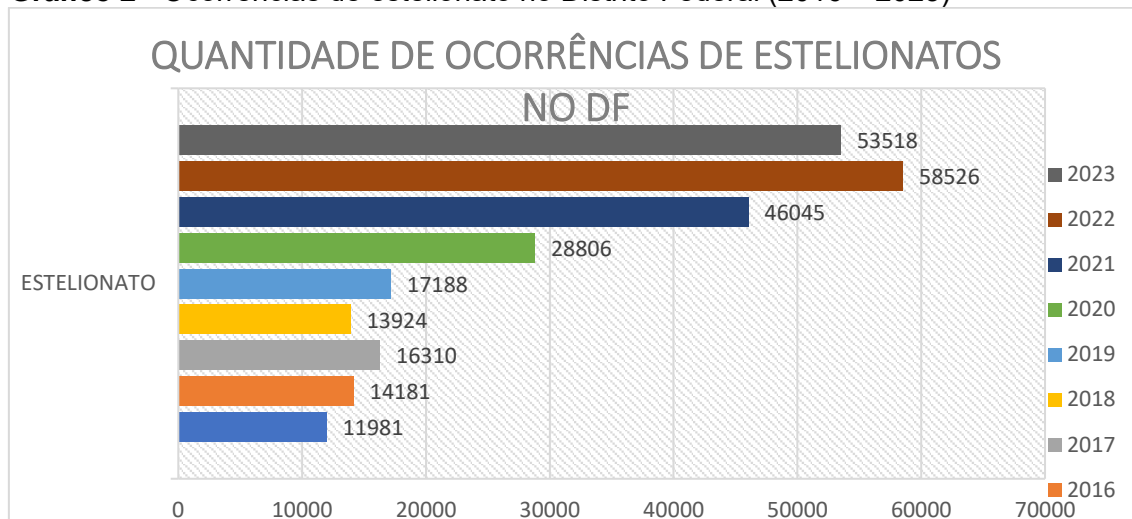
essas espécies delitivas são muito incidentes em todo o Distrito Federal, e ainda mais frequentes nas regiões mais vulneráveis. Foram especificadas as seguintes subclassificações: “a taxa incidência de roubo em veículos, em 2022, é 3,1 vezes mais elevada nas RA’s do grupo 4 do que nas do grupo 1 (13,9 contra 42,4 por 100 mil habitantes); essa razão é de 4,1 vezes para roubo em coletivo, 3,6 vezes para roubo em residência, e 3,8 vezes para roubo em comércio”.

Os números não se comportaram de forma diferente quando o assunto é violência doméstica e estupro, observando-se uma relação inversamente proporcional aos níveis de renda. O estudo aponta que, “em 2022, a taxa de incidência de violência doméstica é 2,9 vezes mais elevada nas RA’s de baixa renda (grupo 4) do que nas RA’s de alta renda (grupos 1). Essa relação é de 2,2 vezes para os crimes de estupro.”

Esta e outras pesquisas voltadas ao fornecimento de subsídio de políticas públicas baseadas em dados compuseram o livro *Desigualdades e Políticas Públicas no Distrito Federal*, lançado pelo Observa DF em 2024, como fruto de um projeto orientado por dois princípios: a crença de que políticas públicas eficientes são pautadas em evidências, e não apenas em intuição, e o monitoramento do desempenho de políticas públicas como mecanismos de transparência ativa.

Já na apresentação da obra, foi apontada a pouca iniciativa de pesquisas nesse sentido no Distrito Federal, bem como foi exposta uma das preocupações centrais do Observatório, a problematização das “inúmeras, resistentes e perversas desigualdades que marcam o Distrito Federal”.

Sobre a redução gradual desses índices, programas de segurança e melhorias em indicadores socioeconômicos podem estar contribuindo, mas também não pode ser descartado o fenômeno da migração da criminalidade para espécies delitivas como o estelionato, que, dentro da lógica “custo-benefício do crime”, apresenta-se como vantajoso, conforme números fornecidos pela DATE/PCDF, que apontam para um aumento considerável do registro de estelionatos nos últimos anos.

Gráfico 2 - Ocorrências de estelionato no Distrito Federal (2016 – 2023)

Fonte: DATE/PCDF

A incorporação de dados socioeconômicos para orientar a gestão pública é uma tendência crescente que visa a otimizar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. A integração de dados socioeconômicos e criminais permite identificar padrões e antecipar tendências de criminalidade, possibilitando uma abordagem mais proativa. No contexto do DF, o uso dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) da CODEPLAN viabiliza uma compreensão mais detalhada das vulnerabilidades das cidades administrativas, oferecendo um suporte analítico valioso para o direcionamento dos recursos de forma mais eficaz.

2. METODOLOGIA

Para investigar a relação entre fatores socioeconômicos e criminalidade, a pesquisa adotou a metodologia de dados em painel, abordado o período compreendido entre os anos de 2011 e 2021, quanto às 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal. O painel de dados permite controlar a heterogeneidade não observável entre as RA's, além de mitigar, parcialmente, o problema do erro de medida que decorre de fatores que contribuem para as subnotificações, notadamente quanto às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que vivem em áreas remotas e que enfrentam dificuldades de acesso aos órgãos competentes.

Além disso, o método permite a combinação de informações de corte transversal (*cross-section*), que abrangem diversas unidades espaciais em um determinado período, com informações temporais. Com isso, é possível capturar simultaneamente as variações *within* (dentro das unidades) e *between* (entre as unidades), aumentando-se o número de observações e reduzindo os riscos de viés. Esse aspecto é especialmente relevante em estudos que analisam fenômenos complexos, como a criminalidade, em que diversas variáveis interagem ao longo do tempo.

Os dados em painel permitem, ademais, identificar padrões temporais de comportamento, que não seriam observados em análises puramente transversais, como tendências ou choques que afetam simultaneamente todas as unidades.

Assim, a escolha por trabalhar com dados em painel se alinha às melhores práticas metodológicas para o estudo de fenômenos espaciais e temporais, fornecendo uma base rica para análises empíricas e permitindo resultados mais abrangentes e precisos.

2.1. Modelo Teórico e Hipóteses

O modelo teórico que orientou este estudo baseia-se na literatura interdisciplinar sobre os determinantes socioeconômicos e estruturais da criminalidade. Essa abordagem parte do pressuposto de que a criminalidade é

um fenômeno complexo, influenciado por fatores individuais, sociais, econômicos e urbanos. No contexto das Regiões Administrativas do Distrito Federal, o modelo considerou as seguintes variáveis: desigualdade de renda, nível de escolaridade, taxa de desocupação, densidade demográfica, e composição etária como determinantes centrais das taxas de crimes violentos letais intencionais (CVLI's).

A escolha desse conjunto de variáveis foi guiada tanto pela literatura quanto pela especificidade do Distrito Federal, onde a coexistência de altos níveis de desigualdade, concentração de renda e urbanização desordenada cria condições únicas para a manifestação da violência. Essa complexidade exige a formulação de hipóteses bem fundamentadas que explorem as interações entre esses fatores, proporcionando uma análise detalhada e contextualizada.

O modelo teórico segue a premissa de que o aumento da desigualdade social, mensurado pelo índice de Gini, está associado ao aumento da criminalidade. Essa relação se baseia na teoria da privação relativa, que sugere que a percepção de disparidades econômicas dentro de uma comunidade pode gerar insatisfação, aumentar tensões sociais e, em última instância, levar a comportamentos criminosos. A teoria da anomia, proposta por Durkheim e Merton, sugere que altas desigualdades sociais geram desorganização social, promovendo o desvio e a violência como mecanismos de adaptação a um sistema desigual.

Assim, a primeira hipótese deste trabalho é:

H₁: O aumento da desigualdade de renda está positivamente associado ao aumento das taxas de crimes violentos letais intencionais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Outro elemento central no modelo teórico é a escolaridade. A teoria do capital humano (Becker, 1993) sugere que a educação aumenta a empregabilidade e oferece alternativas de vida mais estáveis, reduzindo os incentivos para a criminalidade. Além disso, a educação pode melhorar as condições de socialização e reforçar normas sociais que desestimulam comportamentos violentos.

Com base nessa perspectiva, a segunda hipótese é:

H₂: O aumento do percentual da população com ensino superior está associado à redução das taxas de crimes violentos letais intencionais.

A densidade demográfica, por sua vez, é frequentemente associada a um aumento da criminalidade devido à maior interação social e aos conflitos potenciais que podem surgir em áreas densamente povoadas, além do incremento da anonimidade (Sachsida et al., 2010; Oliveira, 2005). Contudo, a relação entre densidade e criminalidade não é linear, e fatores adicionais, como a infraestrutura e as condições urbanísticas podem moderar esse efeito, notadamente em uma região setorizada com o DF.

Isso leva à terceira hipótese:

H₃: O aumento da densidade demográfica está associado ao aumento das taxas de crimes violentos letais intencionais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

A taxa de desemprego é outro determinante chave. A literatura aponta que a falta de emprego reduz as oportunidades econômicas lícitas e aumenta a propensão ao envolvimento em atividades ilícitas (Araújo e Fajnzylber, 2001, Santos e Kassouf, 2007). O desemprego é estatisticamente representado pela CODEPLAN por intermédio da *proxy* “população desocupada”, conceito este que será trabalhado quando da análise dos resultados.

Dito isso, a quarta hipótese é:

H₄: O aumento do percentual da população desocupada está associado ao aumento das taxas de crimes violentos letais intencionais.

A composição etária, especialmente a proporção de jovens na população, também é um determinante amplamente reconhecido da criminalidade. A literatura indica que os jovens estão mais frequentemente

envolvidos em crimes, seja como vítimas ou como autores, devido a fatores como vulnerabilidade econômica, exclusão social e falta de perspectivas futuras (Andrade e Lisboa, 2000, Araújo e Fajnzylber, 2001, Hamberger, Araújo e Valle, 2019).

Vale ressaltar, neste ponto, que uma das limitações desta pesquisa foi a indisponibilidade de dados sobre a população jovem especificamente masculina em todas as edições da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD). Essa variável é frequentemente destacada na literatura criminológica como um fator relevante na análise da criminalidade violenta, dada a maior exposição desse grupo a contextos de risco. No entanto, devido à ausência de informações desagregadas por sexo, optou-se por utilizar a variável referente à população jovem total (15 a 24 anos), garantindo maior consistência na série histórica analisada.

Com base nisso, a quinta hipótese é:

H₅: O aumento do percentual de população jovem (entre 15 e 24 anos) está associado ao aumento das taxas de crimes violentos letais intencionais.

Por fim, a relação entre renda per capita e taxas de criminalidade pode ser explicada pela teoria da privação relativa, que sugere que a falta de recursos aumenta o estresse social e os sentimentos de exclusão, levando a comportamentos criminosos como uma resposta a essa condição (Andrade e Lisboa, 2000, Araújo e Fajnzylber, 2001, Santos e Kassouf, 2007).

Pode-se dizer, ademais, que a renda *per capita* também funciona como uma *proxy* do nível de desenvolvimento econômico das Regiões Administrativas.

Assim, a sexta hipótese é:

H₆: O aumento da renda per capita está associado à redução das taxas de crimes violentos letais intencionais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Tabela 1 - Variáveis Socioeconômicas e Demográficas

Variável	Proxy	Efeito Esperado
<i>Desemprego</i>	População economicamente ativa desocupada (%)	Positivo (+)
<i>Renda</i>	Renda <i>per capita</i> média	Negativo (-)
<i>Educação</i>	Ensino Superior Completo (%)	Negativo (-)
<i>Desigualdade</i>	Índice Gini (%)	Positivo (+)
<i>População Jovem</i>	Idade entre 15 e 24 anos (%)	Positivo (+)
<i>Densidade Demográfica</i>	-	Positivo (+)

Fonte: Elaborada pela autora

2.2. Dados e Fontes

Em face das peculiaridades do Distrito Federal, cuja divisão em municípios é vedada pela Constituição Federal de 1988, o principal provedor de dados nacionais – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) – promove a sua representação como um ente único, agregando, portanto, as informações de Brasília e das cidades satélites, o que inviabiliza a utilização de tal banco de dados em estudos que visam à abordagem isolada das Regiões Administrativas que compõem esta Unidade Federativa.

A par disso, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN –, vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/GDF), tem por objetivo organizar, de forma sistêmica, os dados estatísticos desta unidade federativa, por meio de trabalhos periódicos, como a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD), cuja edições de 2011, 2013, 2015, 2018 e 2021 subsidiaram o presente trabalho quanto aos dados de variáveis socioeconômicas representadas por *proxys* selecionadas de acordo com a disponibilidade em formato padronizado em todas as edições, e a partir das correlações observadas quando da revisão de literatura.

Os relatórios com os dados coletados e tratados pela CODEPLAN encontram-se disponíveis em fonte aberta, na plataforma da Companhia (<https://www.codeplan.df.gov.br/pdad/>).

Quanto aos registros criminais, foram utilizados os números fornecidos pela Polícia Civil do Distrito Federal, por intermédio da Divisão de Análise Técnica e Estatística – DATE, conforme Processo-SEI n.º 00052-00026685/2024-67, abrangendo informações sobre a incidência dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI's) e distribuição espacial dos atos delitivos nos anos abordados pelo trabalho, coincidentes com as edições disponíveis do PDAD (2011, 2013, 2015, 2018 e 2021).

A escolha dos CVLI's, que incluem homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, como *proxy* para mensuração da criminalidade, encontra respaldo na literatura em face confiabilidade dos dados, praticamente livres de subnotificações, tratando-se do padrão outro nesse quesito, e por representarem a medida da violência extrema que afeta a coesão social.

Esses números permitiram analisar o padrão de incidência criminal nas RA's ao longo dos últimos anos, possibilitando uma visão sobre a distribuição da violência e sobre a evolução temporal do fenômeno.

2.3. Estratégias de Análise

A análise dos dados seguiu uma abordagem estatística estruturada em três etapas principais:

- **Estatísticas Descritivas e Análise Evolutiva:** Inicialmente, foram aplicadas estatísticas descritivas para caracterizar os dados criminais e socioeconômicos ao longo do período estudado. A análise evolutiva permite observar variações nos índices de criminalidade e nas condições socioeconômicas, destacando tendências que possam indicar mudanças significativas no perfil de cada região administrativa.

- **Análise de Dados em Painel:** Com o uso de dados em painel, foi possível examinar a relação entre variáveis socioeconômicas e criminalidade ao longo do tempo, em diferentes regiões. Esse tipo de análise combina séries temporais e dados de corte transversal, possibilitando a identificação de fatores estruturais que influenciam os índices de criminalidade ao longo dos anos. A

análise em painel é especialmente útil para isolar variáveis específicas e observar seus efeitos sobre o fenômeno estudado.

- **Visualização de Dados e Mapas Temporais:** Foram gerados gráficos e mapas temporais que mostram a evolução dos índices criminais em cada região administrativa. Essas representações visuais auxiliam na interpretação dos dados e na identificação de regiões prioritárias para intervenção, fornecendo uma base visual para a formulação de políticas públicas.

2.4. Limitações da Pesquisa

Apesar dos esforços para garantir a precisão e a relevância dos resultados, o estudo apresenta algumas limitações:

- **Disponibilidade de Dados:** A pesquisa depende da disponibilidade e da precisão dos dados fornecidos pela CODEPLAN/GDF. Como mencionado, no contexto do Distrito Federal, em se tratando de pesquisa que visa a tratar das Regiões Administrativas de forma individualizada, não é possível utilizar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma vez que esse órgão não disponibiliza informações segregadas para cada uma das unidades, o que impõe uma limitação metodológica ao estudo.

- **Complexidade da Relação entre Desigualdade e Criminalidade:** Embora o estudo busque estabelecer uma correlação entre fatores socioeconômicos e criminalidade, essa relação é multifacetada e envolve variáveis adicionais, como políticas públicas, infraestrutura urbana e cultura local, que não são totalmente capturadas por este modelo quantitativo.

- **Peculiaridades Urbanísticas:** Como o estudo se concentra no Distrito Federal e suas regiões administrativas, de formatação urbanística distinta das demais unidades federativas, é inevitável que suas peculiaridades

incidam sobre os resultados, provocando, em alguns casos, distorções justificáveis.

2.5. Ética na Pesquisa

Os dados utilizados são provenientes de fontes públicas e oficiais, respeitadas as diretrizes éticas e de confidencialidade. Não foram acessadas informações sigilosas ou de caráter pessoal, e a análise foi realizada exclusivamente com intuito científico e de contribuição para o desenvolvimento de políticas de segurança pública.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Análise Descritiva dos Dados

Este trabalho utilizou um painel de dados referente às 33 (trinta e três) Regiões Administrativas do Distrito Federal no período de 2011 a 2021, contemplando variáveis relacionadas aos crimes violentos letais intencionais (CVLI's) e a diversos indicadores socioeconômicos.

Os CVLI's, variável dependente do estudo, incluem homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. A análise inicial revelou que, embora tenha havido uma tendência geral de redução das taxas de CVLI's no DF ao longo do período estudado, persistem disparidades significativas entre as RA's.

Áreas mais desenvolvidas, como Jardim Botânico, Sudoeste, Park Way e Lago Sul, apresentaram consistentemente taxas mais baixas de CVLI's, enquanto regiões periféricas e mais vulneráveis, Estrutural, Paranoá, São Sebastião e Itapoã, registraram taxas maiores. Esse padrão reflete a relação amplamente documentada entre vulnerabilidade social e criminalidade.

A renda *per capita*, medida em reais, variou significativamente entre as RA's do DF. O Lago Sul, o Plano Piloto, o Sudoeste e o Park Way apresentaram os maiores valores, frequentemente acima de R\$ 6.000, chegando o Lago Sul a ultrapassar R\$ 10.000,00 na edição de 2021, enquanto Fercal, Sol Nascente, Itapoã e Recanto das Emas tiveram valores abaixo de R\$ 1.200,00. Essa disparidade reflete o alto nível de desigualdade econômica no DF e reforça a hipótese de que regiões com maior renda apresentam menores taxas de criminalidade, corroborando os achados das análises econométricas deste trabalho.

O índice de Gini, utilizado como medida de desigualdade, apresentou variações médias entre 0,3 e 0,6 nas RA's do DF. As regiões com maior desigualdade incluem áreas de transição entre setores mais abastados e periferias, como Taguatinga e Samambaia. Essa disparidade sugere que a proximidade entre populações de alta e baixa renda pode intensificar tensões sociais e impactar as taxas de criminalidade.

A razão da população com ensino superior foi mais alta nas RA's centrais e com maior renda, como Plano Piloto, Lago Sul, Park Way e Sudoeste, onde o percentual em 2021 ultrapassou 80%. Em contrapartida, em regiões periféricas, como Fercal, Itapoã, Sol Nascente, Varjão e Estrutural, o percentual médio ficou abaixo de 10%, não chegando nem a 5% neste último. Esses dados reforçam a relação entre escolaridade, oportunidade socioeconômica e a redução da criminalidade, conforme apontado pela literatura.

A proporção de jovens entre 15 e 24 anos apresentou uma concentração maior em regiões periféricas, como Estrutural, São Sebastião, Sol Nascente, Varjão e Fercal, aproximando-se, em média, de 20% da população total dessas RA's. No Plano Piloto, Sudoeste e Lago Sul, essa proporção foi consideravelmente menor, representado cerca de 10%. Essa concentração juvenil nas periferias está associada a um maior risco de envolvimento com atividades ilícitas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Os índices de desocupação apresentaram um comportamento irregular, com importantes variações internas, leia-se, dentro de uma mesma RA, e sem seguir um padrão de crescimento ou de declínio. De plano, essa observação sugere dificuldades metodológicas que perpassam, inclusive, pelos aspectos conceituais do que seria “desocupado”, em meio a arranjos de informalidade ocupacional e da influência do aspecto volitivo de estar ou não a procura de uma ocupação.

De qualquer forma, saltaram aos olhos índices extremamente baixos de desocupação nas regiões do Sudoeste, do Park Way, Lago Sul, Plano Piloto e Águas Claras. Já os maiores percentuais foram observados, na última edição, em Brazlândia, Planaltina e Recanto das Emas,

A densidade demográfica, medida em habitantes por hectares, revelou um padrão de concentração populacional em áreas desenvolvidas, como Cruzeiro, Sudoeste e Águas Claras. Fugindo desse padrão classe média ou média-alta, também foi observada alta concentração populacional no Varjão. Por outro lado, área periféricas e mais vulneráveis, como Fercal, Brazlândia, Paranoá, Planaltina, São Sebastião e SIA, apresentaram densidades baixíssimas, com índices semelhantes ao Lago Sul, ao Jardim Botânico e ao Park Way. Apesar da literatura tradicionalmente associar maior densidade a maiores taxas de criminalidade, os resultados indicaram uma relação inversa no

DF, sugerindo peculiaridades locais, possivelmente relacionadas ao planejamento urbano.

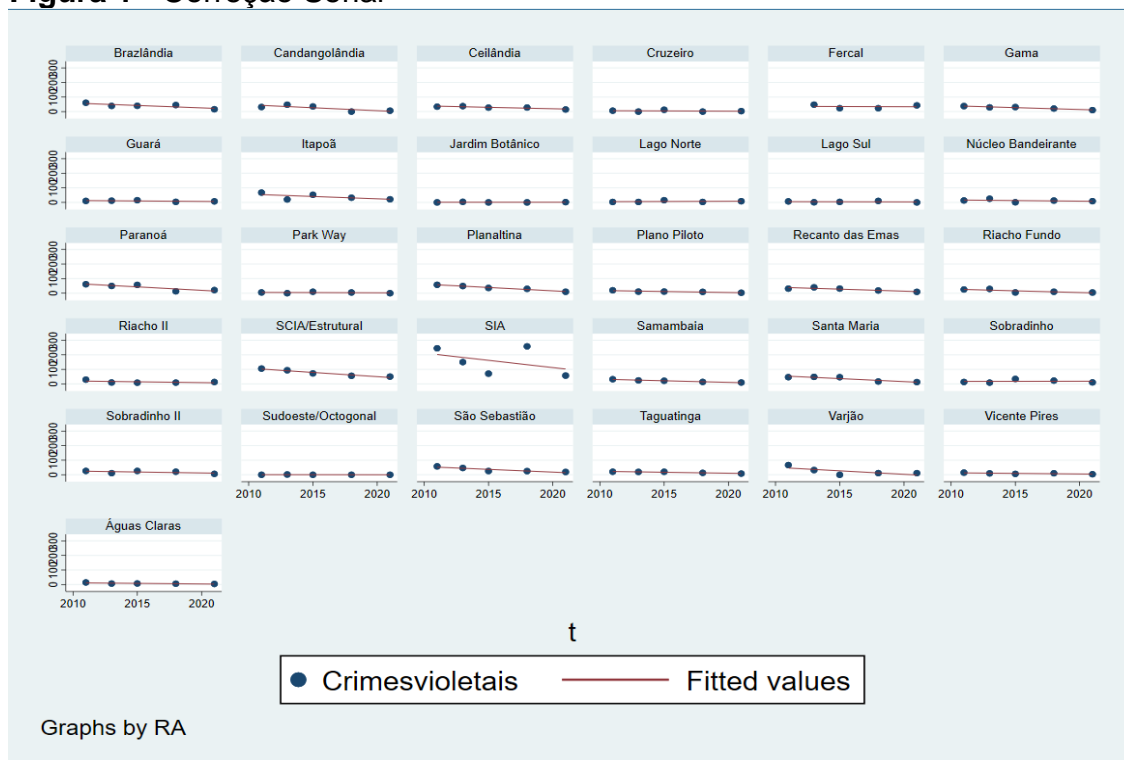
A análise descritiva dos dados revelou, portanto, importantes padrões espaciais e temporais. Primeiramente, confirma-se a significativa heterogeneidade entre as Regiões Administrativas do DF, com disparidades socioeconômicas que se refletem nas taxas de crimes violentos. Regiões centrais e de maior renda apresentam melhores indicadores educacionais e menor concentração de jovens, características que contribuem para a redução das taxas de CVLI's. Por outro lado, as regiões periféricas enfrentam desafios complexos, incluindo desigualdade econômica e baixa escolaridade, fatores que podem estar associados à criminalidade.

3.2. Achados Visuais: Correção Serial nas Taxas de Criminalidade e Tendências Temporais

A utilização de ferramentas gráficas para análise das taxas de crimes violentos letais intencionais (CVLI's) no Distrito Federal trouxe *insights* importantes sobre os padrões temporais e o comportamento individual ao longo dos anos. Verificaram-se dois principais achados: (1) a correção serial das taxas entre as regiões administrativas e (2) a leve tendência decrescente observada nos últimos anos.

Os gráficos mostraram que as taxas de CVLI's nas diferentes regiões administrativas apresentam uma correção serial com o tempo, comportando-se de forma semelhante. Pode-se dizer que há uma evolução temporal sincronizada, ou seja, em períodos de aumento ou redução geral dos crimes, todas as regiões seguem a mesma tendência, ainda que em graus diferentes.

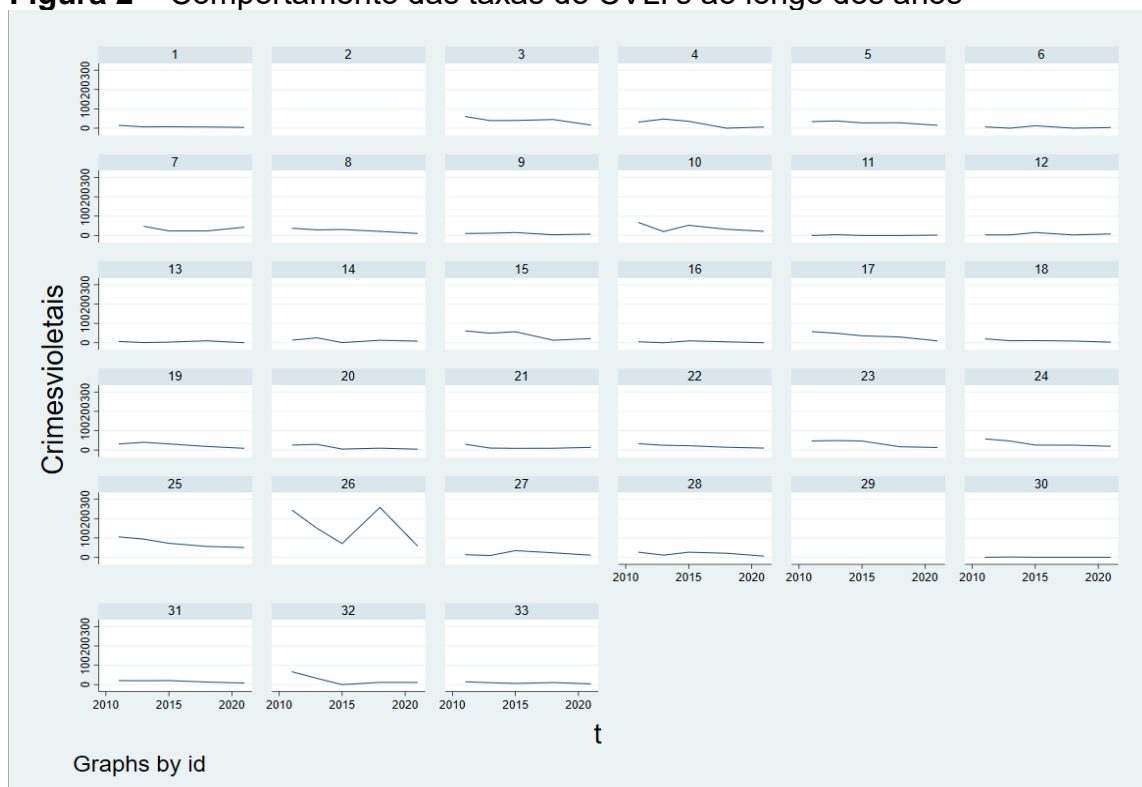
Essa similaridade sugere a influência de macroestruturais compartilhados, como políticas públicas uniformes, conjuntura econômica ou legislações nacionais.

Figura 1 - Correção Serial

Fonte: elaborada pela autora, com o *software* Stata

Os dados apontaram, ainda, uma tendência geral de redução das taxas de CVLI's no DF ao longo dos anos. Entre 2018 e 2021, as taxas médias caíram de forma consistente, acompanhando um padrão observado em diversas unidades da federação.

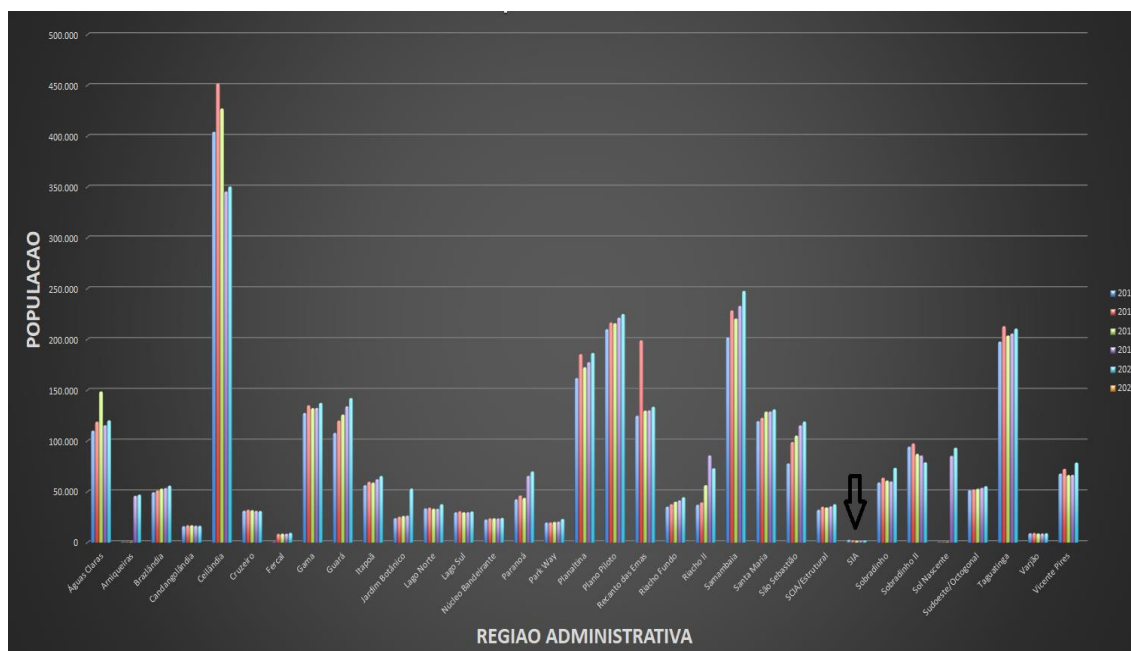
Essa redução pode ser atribuída a uma combinação de fatores, incluindo a ampliação de políticas públicas de segurança, o fortalecimento de programas sociais e a integração entre os órgãos de segurança pública, como Polícia Civil e Polícia Militar do DF, no combate à criminalidade violenta (IPEA, 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Figura 2 – Comportamento das taxas de CVLI's ao longo dos anos

Fonte: elaborada pela autora, com o software Stata

Vale destacar que, quanto às regiões de Arniqueiras (gráfico 2), instituída em 30 de setembro de 2019, por meio da Lei n.º 6.391, e do Sol Nascente/Pôr do Sol (gráfico 29), que recebeu tal *status* somente em 14 de agosto de 2019, conforme Lei n.º 6359, não há dados suficientes para análises lineares devido à curta série histórica.

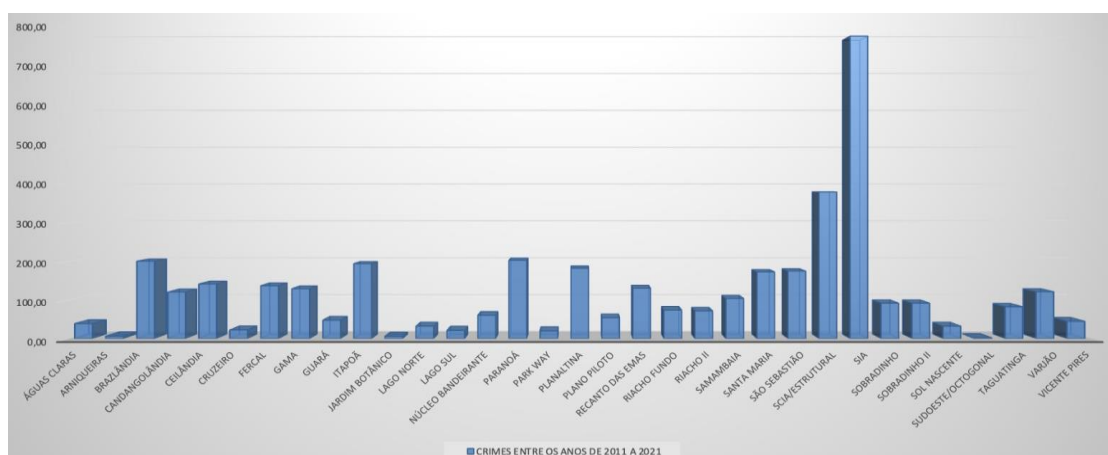
Cumprе anotar, ainda, que os índices referentes ao Setor de Indústrias e Abastecimento – SIA (gráfico 26), apresenta um comportamento destoante dos demais em virtude da reduzidíssima população residente no local, o que acaba por superdimensionar o cálculo dos números relativos e por gerar uma distorção quanto aos índices de criminalidade da região essencialmente não residencial. Trata-se, portanto, de mais uma peculiaridade dos aspectos urbanísticos do Distrito Federal.

Gráfico 3 - População das Regiões Administrativas por ano

Fonte: CODEPLAN

A opção por trabalhar com os números relativos, calculados a partir da divisão do número de crimes pela quantidade de habitantes, multiplicando-se o resultado por 100 mil, advém da necessidade de se neutralizar fatores relacionados à discrepância populacional entre as RA's.

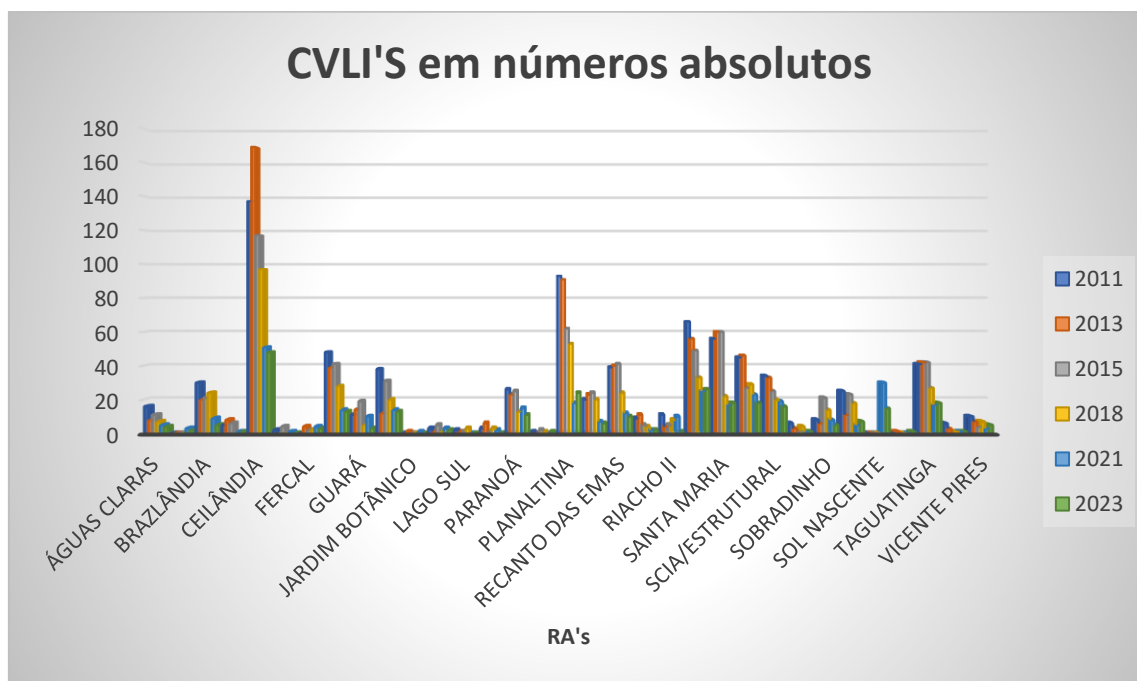
Assim, apesar de apresentar, em números absolutos, uma média de 3 (três) CVLI's por ano (Anexo I), a população residente de pouco mais de mil pessoas, quando do cálculo das taxas por 100 mil habitantes, gera o efeito retratado no gráfico abaixo.

Gráfico 4 - CVLI's por 100 mil habitantes

Fonte: elaborado pela autora

Apenas para fins ilustrativos e pedagógicos, sem pretensões metodológicas, vale conferir o gráfico gerado a partir dos números absolutos de CVLI's, por RA, organizados por anos.

Gráfico 5 - CVLI's em números absolutos



Fonte: DATE/PCDF

3.3. Médias

A análise das médias possibilitou uma visão inicial sobre as características gerais dos dados, fornecendo informações importantes sobre as tendências centrais e as variações entre as diferentes regiões ao longo do período analisado. A comparação das médias permitiu não apenas identificar padrões consistentes, mas também revelar disparidades significativas que ajudaram a contextualizar os resultados obtidos nas regressões.

Ao calcular as médias das taxas de CVLI's para cada Região Administrativa, foi possível observar que algumas áreas apresentam níveis consistentemente mais elevados de violência, enquanto outras mantêm índices mais baixos. Por exemplo, regiões mais urbanizadas e economicamente desenvolvidas, como Jardim Botânico, Lago Sul, Cruzeiro e Park Way exibiram médias significativamente menores de CVLI's em comparação com áreas

periféricas, como Paranoá, Estrutural e Itapoã, que tradicionalmente enfrentam maiores desafios sociais e econômicos.

Finalmente, as médias calculadas serviram como base para a identificação de *outliers*, ou seja, regiões administrativas cujos dados estavam significativamente acima ou abaixo das tendências gerais. Esses casos atípicos foram analisados com mais profundidade para compreender as particularidades que os diferenciam das demais regiões, a exemplo da distorção observada no Setor de Indústria e Abastecimento.

Tabela 2 - Médias

<i>RA</i>	<i>MEAN</i>
Águas Claras	7.782822
Arniqueiras	6.376873
Brazlândia	40.09748
Candangolândia	24.07932
Ceilândia	28.26203
Cruzeiro	4.45209
Fercal	34.21807
Gama	25.78265
Guará	9.550234
Itapoã	38.74472
Jardim Botânico	1.16749
Lago Norte	6.404207
Lago Sul	4.237487
Núcleo Bandeirante	12.11949
Paranoá	40.51613
Park Way	3.977569
Planaltina	36.40579
Plano Piloto	10.7746
Recanto das Emas	26.06154
Riacho Fundo	14.78527
Riacho II	14.34958
Samambaia	20.74492
Santa Maria	34.48399
São Sebastião	34.90792
SCIA/ESTRUTURAL	75.86706
SIA	156.4498
Sobradinho	18.32867
Sobradinho II	18.3151
Sol Nascente/ Pôr do Sol	32.18297
Sudoeste/Octagonal	.3826067
Taguatinga	16.45726
Varjão	24.26556
Vicente Pires	8.960052
<i>Total</i>	<i>25.44246</i>

Fonte: elaborada pela autora, com o software Stata

3.4. Variações *overall*, *within* e *between*

Ao adotar o modelo de painel de dados para o estudo das variáveis socioeconômicas e dos crimes violentos letais intencionais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, a análise das variações *overall*, *within* e *between* também desempenhou um papel importante na compreensão das dinâmicas locais.

Essas concepções permitem decompor as variações nos dados em dimensões distintas: a primeira mede a discrepância existente entre um determinado dado de uma unidade em um instante de tempo em relação a todos os demais dados daquela mesma variável para o todo; a segunda reflete mudanças dentro das mesmas unidades ao longo do tempo; e enquanto a terceira captura diferenças entre unidades distintas em um dado ponto no tempo, possibilitando identificar disparidades estruturais e contextuais.

No caso do DF, a grande maioria das variáveis – criminalidade, densidade demográfica, população jovem, renda per capita e escolaridade – apresentou variações *between* significativamente superiores às variações *within*, revelando que a discrepância entre as RA's é maior que variância em cada uma delas ao longo dos anos, o que coaduna com a já apontada heterogeneidade das regiões.

Por outro lado, quanto ao Índice Gini e ao percentual de população desocupada, as variações *within* apresentaram-se ligeiramente maiores que as variações *between*, indicando que esses fatores se comportaram com menos constância em uma mesma região ao longo do tempo do que entre as regiões em dado momento.

A distinção entre variações *within* e *between* também se mostrou importante na escolha do modelo de efeitos aleatórios, que se apresentou mais apropriado para o conjunto de dados analisado. Enquanto os modelos de efeitos fixos focam na variação *within*, considerando as diferenças entre grupos como constantes, o modelo de efeitos aleatórios permite considerar ambas as dimensões, partindo do pressuposto de que a variação entre indivíduos é aleatória e não correlacionada com as variáveis explicativas.

Tabela 3 - Estatísticas Descritivas das Variáveis

<i>Variável</i>	Média (Overall)	Desvio Padrão (Overall)	Mínimo (Overall)	Máximo (Overall)	Nº de Observações (N)
<i>id</i>	17	9,5581	1	33	165
<i>t</i>	2015,6	3,5661	2011	2021	165
<i>crimesviol</i>	25,4425	34,281	-73,4367	127,2238	165
<i>densdemhab</i>	31,9264	62,6875	0,5199	343,5568	158
<i>pop15_24</i>	0,1666	0,0347	0,0786	0,2818	158
<i>popdesocup</i>	6,8239	3,8509	1,1	21,5	154
<i>renda_pc</i>	2.374,85	2.115,38	306,42	10.979,10	156
<i>gini</i>	0,4283	0,0553	0,27	0,57	155
<i>ensup</i>	27,2642	8,6145	0,51	87,2	158

Fonte: elaborada pela autora

3.5. Regressões

3.5.1. Metodologia Estatística Aplicada

Para determinar o modelo mais apropriado para as regressões realizadas com painel de dados curtos, foi aplicado o Teste de *Hausman*. Esse teste compara os modelos de efeitos fixos e aleatórios, avaliando a existência de correlação entre os efeitos específicos não observados e as variáveis explicativas.

Teste de Hipótese

H_0 : Modelo de efeitos aleatórios é mais apropriado

H_1 : Modelo de efeitos fixos é mais apropriado

Regra de Decisão

$Prob > \chi^2_{for} \text{ menor que } 0,05 \Rightarrow \text{rejeita } H_0.$

Tabela 4 Teste *Hausman* – Coeficientes e Diferenças

Variável	(b) EF	(B) EA	(b-B) Diferença	$\sqrt{\text{diag}(V_b - V_B)}$ S. E.
<i>lnrenda_pc</i> **	-0,9510493	-1,011834	0,0607852	0,1836603
<i>Lngini</i> **	1,094457	0,735824	0,3586332	2,173058
<i>lnpopdesocup</i> **	0,2668828	-0,2695146	0,0026318	1,1131707
<i>Ldensdemhab</i> **	0,2563818	-0,1558799	-0,1005018	0,4365376
<i>lnensup</i> *	-.5356051	-.5381148	.0025097	.0382704
<i>lnpop15_24</i> *	.8254089	.8345802	-.0091712	.2155181

*Estatística do Teste Probit (1):

- Chi2(2): 0.00
- Prob > Chi2: 0,9972

**Estatística do Teste Probit (2):

- Chi2(4): 7,24
- Prob > Chi2: 0,1236

Fonte: elaborada pela autora

Os resultados do teste indicaram que o modelo de efeitos aleatórios é o mais adequado para as análises em tela, presumindo-se que os efeitos específicos das regiões administrativas não estão correlacionados com as variáveis explicativas, o que é consistente com a natureza dos dados analisados. Além disso, permite captar a variabilidade entre as regiões administrativas e, ao mesmo tempo, considerar a influência de características gerais que afetam todo o painel.

A fim de estabilizar a variância dos erros, tornando os resíduos do modelo mais uniformes e reduzindo a possibilidade de vieses nos resultados, foi aplicada a transformação em logaritmo natural nas variáveis dependentes e explicativas.

Ao usar logaritmos naturais, os coeficientes das regressões podem ser interpretados como elasticidades, ou seja, o impacto percentual de uma variável explicativa sobre a variável dependente. Além disso, a transformação ajuda a linearizar relações não lineares entre as variáveis, tornando os modelos mais robustos e confiáveis.

3.5.2. Modelos propostos

A fim identificar e analisar as associações entre as variáveis explicativas e a variável independente, foram realizadas duas regressões em painel, cuja forma funcional pode ser expressa por:

$$txcvl_{it} = f(pop15_24, densdemhab, gini, ensup, popdesocup, renda)$$

Em que:

txcvl é a taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais por 100 mil habitantes.

i é a Região Administrativa.

t é o ano.

pop15_24 é a razão entre o número de jovens com idades entre 15 e 24 anos em relação à população total.

densdem é a densidade demográfica urbana (habitantes por hectares).

gini é o Índice de Gini da desigualdade de renda.

ensup é o percentual da população com nível de escolaridade de ensino superior.

popdesocup é a porcentagem da população em idade economicamente ativa desocupada.

renda é a renda per capita média.

Os modelos econométricos a serem estimados e analisados por este estudo seguem as seguintes especificações, assumindo *ln* como a forma de logaritmo natural, ou neperiano; α e β são os parâmetros a serem estimados; e μ é o termo de erro estocástico:

- Primeiro:

$$\ln(txcvli)_{it} = \alpha + \beta_1 \ln(renda_pc)_{it} + \beta_2 \ln(Gini) + \beta_3 \ln(Popdesocupada) + \beta_4 \ln(densdem) + \mu_{it}$$

Nesta regressão, avalia-se como as taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais por 100mil/hab nas Regiões Administrativas do Distrito Federal comportam-se em relação as variáveis socioeconômicas renda *per capita*, Índice Gini, população desocupada e densidade demográfica.

- Segundo:

$$\ln(\text{txcvli})_{it} = \alpha + \beta_1 \ln(\ln \text{ensup})_{it} + \beta_2 \ln(\ln \text{pop15_24})_{it} + \mu_{it}$$

Nesta, avalia-se como as taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais por 100mil/hab nas Regiões Administrativas do Distrito Federal comportam-se em relação as variáveis socioeconômicas escolaridade e população jovem.

3.5.3. Resultados

Os resultados das regressões realizadas neste estudo confirmaram a hipótese central de que fatores socioeconômicos e demográficos apresentam significativa correlação nas taxas de crimes violentos letais intencionais (CVLI's) nas Regiões Administrativas (RA's) do Distrito Federal (DF). Utilizando um modelo de efeitos aleatórios, escolhido com base no Teste de *Hausman*, foi possível explorar as relações entre as variáveis explicativas e a variável dependente, com significância estatística em todas as associações analisadas, conforme Tabela 5.

Tabela 4 - Resultados das Regressões. Variável dependentes: *Incrimesvio*

Estatística	Probit (1)	Probit (2)
<i>Inensup</i>	-0,5381*** (0,0589)	—
<i>Inpop15_24</i>	0,8346*** (0,2980)	—
<i>Inrenda_pc</i>	—	-1,0118*** (0,0784)
<i>Ingini</i>	—	0,7358** (0,3157)
<i>Inpopdesocup</i>	—	-0,2695** (0,1097)
<i>Indensdemhab</i>	—	-0,1559** (0,0720)
<i>Constante</i>	5,7556*** (0,4516)	11,7195*** (0,6015)
<i>Wald chi²</i>	136,26	301,38
<i>Prob > chi²</i>	0,0000	0,0000
<i>sigma_u</i>	0,5177	0,3789
<i>sigma_e</i>	0,5282	0,5168
<i>rho</i>	0,4899	0,3496

Notas:

1. Erros padrão robustos estão entre parênteses.
2. *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$.

Fonte: elaborada pela autora

O principal achado foi a relação negativa entre a renda *per capita* e os CVLI's, em que um aumento de 1% na renda resultou em uma redução de 1,01% nas taxas de criminalidade. Esse resultado coaduna com a literatura, que sugere que maiores níveis de renda reduzem a vulnerabilidade econômica das populações, diminuindo a propensão ao crime e ao conflito violento.

O impacto da desigualdade de renda, mensurada pelo índice de Gini, também foi significativo, indicando que um aumento de 1% na desigualdade está associado a um crescimento de 0,73% nas taxas de CVLI's. Esse achado reforça a importância de políticas públicas que visem à redução das disparidades econômicas, dada a relação documentada entre desigualdade e violência.

A escolaridade, representada pelo percentual da população com ensino superior, também demonstrou um impacto negativo, com o aumento de 1% nessa variável resultando em uma redução de 0,53% nos CVLI's. Esse resultado está em linha com estudos que apontam a educação como um elemento-chave para o fortalecimento das redes sociais e a ampliação das oportunidades de trabalho formal.

Já presença de uma maior proporção de jovens na população (de 15 a 24 anos) apresentou uma associação positiva com os CVLI's: o aumento de 1% na proporção de jovens resultou em um acréscimo de 0,83% nas taxas de criminalidade.

Esse resultado indica a relevância do perfil etário como um fator de risco, o que é corroborado por ampla literatura criminológica que destaca a maior vulnerabilidade de jovens, tanto como vítimas quanto como autores de atos violentos. O grupo etário de 15 a 24 anos frequentemente está associado a contextos de maior exposição ao desemprego, exclusão social e envolvimento em conflitos interpessoais, fatores que contribuem para o aumento das taxas de CVLI's.

Por outro lado, dois resultados foram particularmente inesperados, demandando reflexões mais aprofundadas. Primeiramente, observou-se que o aumento de 1% na taxa de população desocupada está associado a uma redução de 0,26% nos CVLI's.

O segundo resultado surpreendente foi a associação negativa entre densidade demográfica e CVLI's. Os dados indicaram que o aumento de 1% na densidade demográfica resultou em uma redução de 0,15% nas taxas de crimes violentos letais.

3.6. Discussão dos Resultados e Comparação com a Literatura

Os resultados obtidos neste estudo oferecem uma perspectiva robusta sobre a dinâmica da criminalidade, representada pelos índices de crimes violentos letais intencionais, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, e estão em consonância com parte significativa da literatura sobre o tema, ao mesmo tempo em que trazem achados que desafiam interpretações convencionais. O impacto da renda *per capita* na redução dos CVLI's, constatado neste estudo, é amplamente respaldado por pesquisas nacionais e internacionais.

Estudos como o *Atlas da Violência 2021* (Cerqueira et al., 2021) e os relatórios anuais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) reforçam que maiores níveis de renda contribuem para diminuir a vulnerabilidade socioeconômica, reduzindo assim a exposição de indivíduos a situações de risco

e conflitos violentos. Essa relação reflete o papel da estabilidade econômica no fortalecimento da coesão social e na mitigação de fatores estruturais que alimentam a violência.

De maneira complementar, o impacto da desigualdade econômica, medido pelo índice de Gini, também encontra suporte na literatura. A associação entre maior desigualdade e aumento das taxas de CVLI's, identificada neste estudo, também ecoa os achados de Cerqueira et al. (2021) e de pesquisas internacionais sobre a relação entre iniquidades sociais e criminalidade.

A desigualdade econômica não apenas exacerba tensões sociais, mas também favorece a marginalização de grupos vulneráveis, criando um ambiente propício para o aumento da violência. Estudos regionais, como os realizados por Andrade e Lisboa (2000), corroboram a relevância desse indicador, sugerindo que a redução da desigualdade deve ser um pilar central das políticas públicas de segurança.

O papel da educação como fator de proteção também foi evidenciado no estudo, com o percentual da população com ensino superior apresentando uma relação inversa com os CVLI's. A literatura existente é clara quanto aos benefícios sociais e econômicos associados ao aumento da escolaridade, que se traduzem em maior empregabilidade, redução da marginalização social e fortalecimento das redes comunitárias (Guimarães, 2021; Santos, 2017; Batista, 2023).

Estudos como os de Hjalmarsson e Lochner (2012) apontam que a educação desempenha um papel central na formação de trajetórias de vida que afastam os indivíduos da criminalidade. Os autores argumentam que a educação formal pode aumentar as oportunidades de emprego e reduzir a percepção de incerteza econômica, o que, por sua vez, diminui a probabilidade de envolvimento em atividades criminosas.

Além disso, os autores reforçam que, especialmente em contextos urbanos, a educação oferece uma proteção significativa contra a delinquência juvenil, ao fornecer alternativas legítimas de ascensão social e ao alterar o conjunto de pessoas com quem os indivíduos interagem.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) destaca que regiões com maior acesso à educação tendem a apresentar menores índices de

violência, um padrão que também se verifica em estudos conduzidos por autores como Batista (2023) em análises sobre a criminalidade em São Paulo.

Já a associação positiva entre a proporção de jovens e as taxas de CVLI's, identificada neste estudo, alinha-se com a vasta literatura que aponta o grupo etário de 15 a 24 anos como mais vulnerável à violência, seja como vítimas ou autores. Essa vulnerabilidade está frequentemente ligada à exclusão social, ao desemprego juvenil e à falta de oportunidades educacionais e profissionais. Estudos como o Hamberger, Araújo e Valle (2019) e Guimarães (2021) reforçam a relevância de políticas voltadas para a inclusão social e econômica de jovens como estratégia de prevenção à violência.

Por outro lado, dois achados deste estudo se destacam por desafiar as expectativas teóricas e demandam uma reflexão crítica. O primeiro deles refere-se à relação negativa entre a taxa de população desocupada e os CVLI's, um resultado que contraria a ideia de que essa variável aumentaria a criminalidade.

A discrepância entre o conceito de população desocupada e o senso comum do que seria o desemprego pode ajudar a explicar os resultados inesperados da pesquisa. Esse conceito, embora relacionado ao mercado de trabalho, apresenta especificidades metodológicas importantes que influenciam as análises.

A população desocupada, conforme definida pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) da CODEPLAN, inclui apenas pessoas em idade economicamente ativa que não estavam trabalhando no período de referência, mas que, nos trinta dias que antecederam a pesquisa, buscavam ativamente emprego e estavam disponíveis.

Essa definição alinha-se aos critérios utilizados por instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e exclui grupos como trabalhadores informais, indivíduos em situação de desalento (que desistiram de procurar emprego devido à falta de perspectivas) e aqueles que, mesmo sem ocupação, optaram por não buscar trabalho, desincentivados, por exemplo pelo recebimento de benefícios sociais.

Essas questões conceituais podem ter contribuído para os resultados da pesquisa, por exemplo, ao excluir do grupo de desocupados aqueles em situação de maior vulnerabilidade econômica, como os

trabalhadores informais e os desalentados. As estatísticas descritivas (Pnad Contínua 2019 – IBGE) apontam que o desalento está associado, majoritariamente, a jovens, de cor preta ou parda e com baixa escolaridade, sendo que 47% desse grupo não possui nem ensino fundamental completo. Além disso, a principal razão apontada para desistir de procurar emprego foi não haver trabalho na localidade, o que possivelmente está atrelado à pouca atividade econômica local, e que pode aumentar a propensão ao envolvimento em práticas ilícitas (Peruchetti e Rachter, 2019).

Outro ponto central é o fator volitivo intrínseco à busca por emprego, que caracteriza os chamados desocupados. A disposição ativa em procurar trabalho implica que esses indivíduos estão engajados em redes formais e informais que os vinculam a perspectivas de reintegração econômica e social e, conseqüentemente, menos propensos à criminalidade. Por outro lado, um estudo estatístico recente conduzido Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, concluiu que a “expansão do Bolsa-Família teve efeitos negativos predominantes a participação na força de trabalho, especialmente nos seguimentos mais vulneráveis, desincentivando aqueles mais propensos a receber benefícios sociais” (2024).

Portanto, ao analisar a relação entre mercado de trabalho e criminalidade, é fundamental considerar as nuances metodológicas dos conceitos utilizados. Incorporar variáveis mais abrangentes, como taxas de desalento, subocupação e informalidade, pode oferecer uma visão diferente das interações em estudo. Importante destacar, neste ponto, que o mesmo efeito entre criminalidade e desemprego foi observado na pesquisa de Andrade e Lisboa (2000).

O segundo resultado inesperado refere-se à densidade demográfica, cuja relação negativa com os CVLI's contrasta com parte da literatura que, por vezes, associa alta densidade populacional a maior criminalidade em áreas urbanas, uma vez que esse adensamento seria um facilitador de interação entre criminosos e possíveis vítimas, além de contribuir para a desorganização social (Sachsida et al., 2010; Oliveira, 2005).

De outro norte, a literatura também aponta que o aumento da densidade demográfica também vem acompanhado de maior oferta de serviços, emprego e educação, além do incremento salarial nas atividades lícitas. Ou seja,

aumentar-se-ia o custo pela renúncia à atividade legal. Além disso, quanto maior o número de indivíduos em uma região, menor a chance de encontro entre vítima de autor (Kelly, 2000).

No contexto do planejamento urbanístico do DF, com seu modelo único baseado no conceito de “cidade-parque” e na segregação de áreas residenciais e comerciais, aliado ao aumento da vigilância policial e comunitária e da própria infraestrutura em regiões de alta densidade demográfica, a exemplo de Águas Claras, do Cruzeiro e do Sudoeste, não é de se espantar que a relação entre esta variável e crimes violentos apresente efeito negativo, também respaldado por parte da literatura.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo proporcionou uma análise inédita e abrangente das taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI's) no Distrito Federal, correlacionando variáveis socioeconômicas e demográficas e a criminalidade. Por meio de uma abordagem robusta e metodologicamente rigorosa, com a construção de um painel de dados curto, da aplicação de regressões lineares, de análise gráfica e de testes estatísticos avançados, foram reveladas informações importantes para o entendimento da dinâmica criminal na capital do Brasil.

Os principais achados deste trabalho demonstraram relações estatisticamente significativas entre as variáveis renda *per capita*, índice de Gini, nível de escolaridade, população jovem, população desocupada e densidade demográfica com as taxas de CVLI's, confirmando as hipóteses de que, de maneira geral, condições socioeconômicas adversas favorecem o aumento da criminalidade violenta.

Os resultados reforçam a necessidade de políticas de segurança pública integradas, atentas ao enfrentamento das desigualdades e menos suscetíveis aos efeitos deletérios da seletividade penal. Como ressalta Wacquant (2001), “a miséria social e a marginalidade urbana constituem o terreno fértil sobre o qual o fenômeno da criminalidade se alastra, ampliando o ciclo de exclusão e violência”.

Desafiando as expectativas teóricas, os resultados apontaram que o aumento da densidade demográfica e da população desocupada estão associados a uma redução nas taxas de criminalidade.

Essas associações indicam que, ao menos no contexto do Distrito Federal, as altas taxas de densidade populacional podem estar relacionadas à maior vigilância policial e comunitária, bem como ao incremento de uma estrutura urbana que oferece mais oportunidades e reduz o custo benefício do crime.

Quanto à desocupação, questões conceituais e metodológicas parecem ter influenciado no resultado da pesquisa, notadamente quanto à necessidade de busca ativa por emprego para o enquadramento no grupo de

indivíduos desocupados, desprezando-se os desalentos, os beneficiários de programas sociais, as informalidades laborais e as subocupações em tal classificação.

Outra observação relevante foi correção serial nas taxas de CVLI's ao longo do tempo, que indicou um padrão de comportamento criminoso sincronizado entre as Regiões Administrativas. Esse fenômeno sugere a presença de fatores macrossociais e políticas públicas uniformemente distribuídas, com potencial para ajustes integrados na gestão da segurança pública.

Já a tendência decrescente nas taxas de CVLI's, observada nos últimos anos, é um indicativo de avanços nas políticas públicas de segurança, que, apesar das melhorias, ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em regiões com populações mais vulneráveis.

Este primeiro painel de dados sobre criminalidade no Distrito Federal representa um marco significativo tanto para a segurança pública, quanto para o campo científico. Para a segurança, a análise detalhada dos fatores que influenciam os índices de CVLI's pode proporcionar uma base empírica sólida para a elaboração de políticas de combate à violência, permitindo uma alocação mais eficiente de recursos e uma resposta direcionada às necessidades das diferentes Regiões Administrativas.

Do ponto de vista científico, a pesquisa apresenta relevante contribuição ao campo da criminologia e da análise de políticas públicas, ao oferecer novas perspectivas sobre a relação entre variáveis socioeconômicas e criminalidade no contexto urbano.

Estudos futuros poderão aprofundar a compreensão das dinâmicas que permeiam a criminalidade no Distrito Federal, com a inclusão de outras variáveis explicativas, como acesso a serviços de saúde e programas sociais, conforme disponibilidade de dados detalhados em fontes oficiais, principal fator limitador da pesquisa, mas principalmente por meio da eleição e comparação com outras categorias de crimes, notadamente aqueles de cunho essencialmente patrimonial e não violentos, o que poderá enriquecer a análise e fornecer uma visão holística dos fatores que influenciam a criminalidade.

A interação entre as políticas de segurança pública e as condições socioeconômicas deve ser continuamente monitorada, permitindo ajustes nas

estratégias de intervenção. A colaboração entre instituições governamentais, organizações não governamentais e a comunidade é essencial para a construção de soluções eficazes e sustentáveis.

Além disso, a disseminação das informações geradas por este estudo deve ser uma prioridade. A transparência e o acesso aos dados podem fomentar um debate público informado e engajado, estimulando a participação da sociedade na formulação e implementação de políticas de segurança pública, a capacitação de agentes de segurança, bem como a formação de parcerias com instituições acadêmicas e de pesquisa.

Por fim, as implicações deste trabalho vão além do Distrito Federal, oferecendo subsídios para outras regiões do Brasil, que enfrentam desafios semelhantes. A experiência acumulada na análise dos CVLI's no contexto desta unidade federativa pode servir como um modelo para futuras pesquisas e intervenções em nível nacional, contribuindo para o entendimento e a mitigação da violência em todo o país. A busca por soluções integradas e baseadas em evidências é fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa e segura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Franklin; LOGSDON, Louise; CECCATO, Vania; DE PAULA, Diana; SANTOS, Janaina; PORTELA, André. **Análise temporal de roubos e furtos a residência em Cuiabá, Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 208–231, 2023.

ANDRADE, Mônica Viegas; LISBOA, Marcos de Barros. **Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997**. In: Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira. Cedeplar, p. 775-808. Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

ARAÚJO Jr., A. F. e FAJNZYLBBER, P.. **O Que Causa a Criminalidade Violenta no Brasil? Uma Análise a Partir do Modelo Econômico do Crime: 1981 A 1996**. Texto de Discussão n. 162, CEDEPLAR/UFMG, 2001.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. World Bank, 2021. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/data/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e crítica do direito penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Henrique Rogê. **Privações múltiplas e Homicídios: o caso da Região Metropolitana de São Paulo (2001-2018)**. Economia e Sociedade, 32 (2), 483-505, 2023.

BECKER, Gary S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. New York: University of Chicago, NBER, 1993. Disponível em: <http://www.nber.org/books/beck94-1>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BETHOLINI, Frederico; CABELLO, Andrea; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; FERREIRA; Guilherme Viana. **Observa DF: desigualdades e políticas públicas no Distrito Federal**. Brasília, DF: Teixeira Gráfica: Finatec, 2024.

BRASIL. CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Distrito Federal - PDAD/DF. Codeplan. Brasília. Disponível em <<https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2021-3/>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Atlas da Violência**. São Paulo: FBSP, 2021.

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Repositório do Conhecimento do Ipea. Rio de Janeiro, 2016.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos**. Dados, [S. l.], v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados Pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

COELHO DOS SANTOS, Mayne. **A caracterização do criminoso nato e a violência policial fundada na necropolítica**. Revista Avant, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 423–439, 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DA SILVA, Jadson Santana da. **Violência armada na Bahia: uma análise em painel de dados dos fatores determinantes para os municípios baianos de 2000 a 2010**. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Administração. Salvador/BA. 2018.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Trad. Francisco Eduardo Pizzolante e Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

DUQUE, Daniel. **Expansão do Bolsa Família desencoraja participação no mercado de trabalho de vulneráveis**. Blog do IBRE. Fundação Getúlio Vargas, 2024. Disponível em < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/expansao-do-bolsa-familia-desencoraja-participacao-no-mercado-de-trabalho-de-vulneraveis> >. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

FERREIRA, Carolina Costa. **Os Caminhos das Criminologias Críticas: Uma Revisão Bibliográfica**. Revista de Criminologias e Políticas Criminais, Florianópolis, 2016.

FIGUEIREDO, S. O. DE . et al.. **Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública**. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 2, p. 438–458, mar. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2023. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> >. Acesso em: 17 de abril de 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis, 16ª edição, 1997.

GLOBAL INITIATIVE. *The Global Organized Crime Index*. 2023. Disponível em: <<https://globalinitiative.net/analysis/ocindex-2023/>>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

GOVERNO DE BRASÍLIA. Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/dados-por-regiao-administrativa/>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2024.

GUIMARÃES, Ariane Roberta de Souza. Segurança, Economia e Sociedade: nexos essenciais para formular política pública. 2021. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília. Brasília.

HAMBERGER, P. A. do V.; ARAUJO, V. M.; DO VALLE, A. C. M. **Economia e Criminalidade**: uma Análise de Dados em Painel das Mesorregiões de Minas Gerais no Período 2005-2007. Revista de Economia do Centro-Oeste, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 20–34, 2019.

HJALMARSSON, Randi; LOCHNER, Lance. **The Impact of Education on Crime**: International Evidence. Ifo DICE Report, ifo Institute - Leibniz Institute for Economic Research at the University of Munich, v. 10, n. 2, 2012.

HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>>. Acesso em: 27 de março de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>>. Acesso em: 27 de março de 2024.

KELLY, M. **Inequality and crime**. Review of Economics and Statistics, v. 82, n. 4, p. 530-539, 2000.

LUCAS, M. S.; CUNHA, M. S.; BONDEZAN, K. L. Determinantes socioeconômicos da criminalidade no estado do Paraná: uma análise espacial. **Revista de Economia**, v. 41, n. 75, p. 248-281, 2020.

NUNES, Brasilmar Ferreira; COSTA, Arthur. **Distrito Federal e Brasília**: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. Cadernos Metrópole., n. 17, 2007.

OLIVEIRA, C. **Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras**: um enfoque da economia do crime. In: Encontro Nacional de Economia, 33, ANPEC, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Global Study on Homicide*. 2023. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

PAVIANI, Aldo. **Desemprego e Violência em Brasília**. Anais do X Encontro de

Geógrafos da América Latina. USP. 2005.

SACHSIDA, A. et al. **Inequality and criminality revisited**: further evidence from Brazil. *Empir. Econ.*, v. 39, p. 93-109, 2010.

SANTOS, J. T. O. dos; OLIVEIRA, A. M. de. **Teoria Da Anomia E A Aparente Desorganização Social nas Ruas da Cidade de Barreiras, Oeste Da Bahia**: Uma Análise dos Fatores Criminógenos. *Journal of Law and Sustainable Development*, São Paulo (SP), v. 5, n. 2, p. 97–120, 2017.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia da repressão**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SANTOS, Marcelo Justus dos; KASSOUF, Ana Lúcia. **Uma investigação econômica da influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira**. *Economia*, v. 8, n. 2, p. 187-210, 2007.

SARAIVA, Maurício Vitorino; CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; FRANÇA, Marco Tulio Aniceto. **Os determinantes da criminalidade nos municípios gaúchos**: evidências de um modelo econométrico espacial. *Ensaio FEE*, v. 38, n. 3, p. 521-552, 2017.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. **Social Disorganization and Crime**: Searching for the Determinants of Crime at Community Level. *Latin American Research Review*, v. 49, p. 218-230, 2014b.

SOUZA, I. S. **Desigualdade Social e Criminalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023.

SSP-DF. Estatísticas e Relatórios Temáticos. Brasília: Secretaria de Segurança Pública do DF. Disponível em <https://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/>. Acesso em 30.01.2025.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paulo; YOUNG, Jock. **Criminologia crítica**. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Sergio Tancredo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

UNESCO. World Heritage List: Brasília. 1987. Disponível em: <https://whc.unesco.org>. Acesso em: 30 jan. 2025.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **Segurança pública como direito social**: Uma revisão bibliográfica e conceitual (2010-2022). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

WEIS, Valeria Vegh; ZAFFARONI, Eugenio Raúl; CAAMAÑO, Cristina; **¡Bienvenidos al lawfare!**: manual de pasos básicos para demoler el derecho penal. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2020.

ZAULAR, Alba. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. Editora Brasiliense. São Paulo, 1985.

ANEXO I

Dados Socioeconômicos – 2011

Região Administrativa	Educação - Superior Completo (%)	Densidade Demográfica	População Jovem - 15 a 24 (%)	População Desocupada (%)	Renda per capita média	Índice Gini
Águas Claras	30,50	48,12	16,63%	4,3	2.375,70	0,426
Arniqueiras	*	*	*	*	*	*
Brazlândia	4,74	1,04	18,11%	5	642,21	0,464
Candangolândia	9,08	24,07	18,43%	5,08	1.064,08	0,45
Ceilândia	4,56	20,98	16,28%	4,02	642,69	0,462
Cruzeiro	28,80	341,57	16,29%	4,4	2.021,16	0,38
Fercal	*	*	*	*	*	*
Gama	10,31	4,63	16,10%	4,33	1.015,77	0,46
Guará	23,69	42,07	15,80%	3,47	1.850,35	0,413
Itapoã	0,52	18,69	18,91%	3,73	343,8	0,338
Jardim Botânico	47,27	2,62	13,23%	2,01	3.449,62	0,347
Lago Norte	63,23	5,12	14,49%	2,33	4.864,87	0,35
Lago Sul	59,71	1,62	11,59%	2,07	5.756,38	0,349
Núcleo Bandeirante	18,91	48,33	15,78%	3,48	1.388,09	0,439
Paranoá	3,28	0,54	21,09%	5,29	487,55	0,407
Park Way	42,25	2,57	16,15%	3,04	3.656,21	0,421
Planaltina	4,39	1,05	19,92%	4,17	634,35	0,462
Plano Piloto	49,71	5,12	13,27%	3,66	3.648,89	0,38
Recanto das Emas	2,15	12,16	20,90%	2,89	491,12	0,414
Riacho Fundo	9,09	14,80	18,93%	3,65	850,72	0,457
Riacho II	3,94	11,48	21,19%	3,59	563,31	0,423
Samambaia	3,99	19,94	18,84%	3,73	577,67	0,427
Santa Maria	4,45	5,57	20,51%	5,56	658,97	0,452
São Sebastião	2,44	2,19	21,74%	4,69	501,47	0,4
SCIA/Estrutural	0,55	43,34	20,67%	5,07	306,42	0,354
SIA	10,95	0,91	19,84%	3,43	827,94	0,382
Sobradinho	18,70	2,93	15,71%	4,02	1.455,34	0,444
Sobradinho II	15,50	4,23	19,39%	3,81	1.330,25	0,505
Sol Nascente	*	*	*	*	*	*
Sudoeste/Octogonal	59,60	88,05	11,49%	1,32	4.727,42	0,35
Taguatinga	17,11	24,55	15,57%	4,05	1.310,86	0,453
Varjão	1,79	119,39	20,47%	4,94	424,65	0,403
Vicente Pires	18,89	26,33	15,33%	2,82	1.707,94	0,427

Fonte: CODEPLAN

ANEXO II

Dados Socioeconômicos – 2013

Região Administrativa	Educação - Superior Completo (%)	Densidade Demográfica	População Jovem - 15 a 24 (%)	População Desocupada (%)	Renda per capita média	Índice Gini
Águas Claras	37,86	52,00	14,80%	4,54	3.372,71	0,47
Amiqueiras	*	*	*	*	*	*
Brazlândia	6,54	1,07	16,14%	6,47	799,9	0,444
Candangolândia	10,88	25,48	14,81%	7,32	1.106,87	0,429
Ceilândia	4,70	23,45	16,20%	6,94	718,4	0,418
Cruzeiro	31,66	351,99	15,76%	3,96	2.677,70	0,351
Fercal	1,10	0,71	21,27%	8,17	577,7	0,379
Gama	9,84	4,90	16,40%	5,84	1.079,11	0,431
Guará	28,79	46,79	15,23%	4,27	2.407,17	0,426
Itapoã	4,72	19,80	18,09%	7,24	750,77	0,27
Jardim Botânico	49,14	2,78	13,08%	3,83	4.480,16	0,381
Lago Norte	57,96	5,22	11,08%	4,55	4.985,44	0,388
Lago Sul	63,35	1,67	10,93%	3,5	6.933,40	0,350
Núcleo Bandeirante	18,01	50,79	17,65%	5,49	1.499,73	0,463
Paranoá	3,93	0,59	19,61%	6,54	737,5	0,418
Park Way	54,05	2,58	13,51%	3,69	5.195,82	0,352
Planaltina	5,11	1,20	18,66%	5,67	716,61	0,491
Plano Piloto	53,34	5,28	12,45%	3,74	5.188,84	0,389
Recanto das Emas	3,06	19,39	22,81%	6,47	683	0,42
Riacho Fundo	13,62	15,78	16,10%	4,48	1330,00	0,444
Riacho II	5,24	12,22	20,12%	6,07	750,81	0,402
Samambaia	5,65	22,55	19,28%	6,06	742	0,409
Santa Maria	5,37	5,72	18,59%	6,95	696,72	0,404
São Sebastião	6,00	2,78	20,18%	5,42	761,84	0,403
SCIA/Estrutural	0,51	47,31	21,45%	7,1	378,44	0,318
SIA	17,02	0,74	15,72%	4,23	1.598,27	0,321
Sobradinho	18,87	3,17	16,89%	5,74	1.593,68	0,452
Sobradinho II	15,90	4,37	17,45%	6,14	1.518,41	0,487
Sol Nascente	*	*	*	*	*	*
Sudoeste/Octogonal	66,10	89,26	9,95%	2,79	6.560,04	0,371
Taguatinga	18,24	26,42	14,73%	5,31	1.639,04	0,453
Varjão	1,48	122,98	21,65%	7,39	495,88	0,353
Vicente Pires	23,54	28,13	15,54%	4,1	2.134,04	0,398

Fonte: CODEPLAN

ANEXO III

Dados Socioeconômicos – 2015

Região Administrativa	Educação - Superior Completo (%)	Densidade Demográfica	População Jovem - 15 a 24 (%)	População Desocupada (%)	Renda per capita média	Índice Gini
Águas Claras	78,40	50,46	19,90%	3,3	4.418,10	0,45
Amiqueiras	45,50	34,32	7,86%	*	*	*
Brazlândia	16,40	1,12	18,39%	9	1.129,10	0,48
Candangolândia	25,90	24,88	15,47%	7,9	1.434,60	0,53
Ceilândia	14,20	17,93	16,68%	10,1	1.125,10	0,50
Cruzeiro	54,10	339,92	13,30%	3,8	3.749,40	0,45
Fercal	5,60	0,72	19,47%	5,6	816,3	0,45
Gama	36,80	4,81	17,77%	9	1.604,10	0,53
Guará	50,20	52,28	14,33%	5,7	3.688,60	0,50
Itapoã	8,80	20,63	20,25%	11,6	931,9	0,5
Jardim Botânico	75,20	2,90	14,65%	5,1	5.846,10	0,42
Lago Norte	73,50	5,05	11,38%	2	6.439,70	0,46
Lago Sul	79,60	1,62	12,79%	3,6	8.322,80	0,40
Núcleo Bandeirante	37,50	50,58	15,41%	7,8	2.376,50	0,55
Paranoá	9,90	0,83	19,67%	10,9	829,6	0,46
Park Way	68,20	2,68	14,29%	2,1	5.945,60	0,50
Planaltina	15,10	1,15	18,84%	3,9	1.139,40	0,50
Plano Piloto	75,90	5,40	11,58%	2,5	6.749,80	0,48
Recanto das Emas	11,60	12,67	18,81%	11,4	859,5	0,47
Riacho Fundo	24,80	17,38	15,94%	9,7	1.321,20	0,51
Riacho II	15,40	26,55	17,90%	5,3	803,1	
Samambaia	17,40	23,00	16,60%	12,2	997,1	0,57
Santa Maria	15,90	6,00	17,62%	10,1	990,8	0,52
São Sebastião	18,10	3,24	18,61%	11,3	1.374,50	0,50
SCIA/Estrutural	4,50	47,89	22,04%	8	573,3	0,47
SIA	50,00	0,57	16,27%	2,1	3.800,20	0,49
Sobradinho	33,60	2,99	15,48%	5,2	2.128,40	0,51
Sobradinho II	32,40	3,84	16,33%	4,8	2.353,60	0,54
Sol Nascente	9,00	21,05	20,94%	*	*	*
Sudoeste/Octogonal	83,50	91,82	10,34%	1,5	7.131,40	0,41
Taguatinga	36,80	25,53	14,86%	6,9	2.211,60	0,52
Varjão	7,90	116,49	19,77%	12,9	840,6	0,48
Vicente Pires	46,60	25,83	16,27%	4,4	2.978,60	0,56

Fonte: CODEPLAN

ANEXO IV

Dados Socioeconômicos – 2018

Região Administrativa	Educação - Superior Completo (%)	Densidade Demográfica	População Jovem - 15 a 24 (%)	População Desocupada (%)	Renda per capita média	Índice Gini
Águas Claras	78,40	50,46	19,90%	3,3	4.418,10	0,45
Arnieiras	45,50	34,32	7,86%	*	*	*
Brazlândia	16,40	1,12	18,39%	9	1.129,10	0,48
Candangolândia	25,90	24,88	15,47%	7,9	1.434,60	0,53
Ceilândia	14,20	17,93	16,68%	10,1	1.125,10	0,50
Cruzeiro	54,10	339,92	13,30%	3,8	3.749,40	0,45
Fercal	5,60	0,72	19,47%	5,6	816,3	0,45
Gama	36,80	4,81	17,77%	9	1.604,10	0,53
Guará	50,20	52,28	14,33%	5,7	3.688,60	0,50
Itapoã	8,80	20,63	20,25%	11,6	931,9	0,5
Jardim Botânico	75,20	2,90	14,65%	5,1	5.846,10	0,42
Lago Norte	73,50	5,05	11,38%	2	6.439,70	0,46
Lago Sul	79,60	1,62	12,79%	3,6	8.322,80	0,40
Núcleo Bandeirante	37,50	50,58	15,41%	7,8	2.376,50	0,55
Paranoá	9,90	0,83	19,67%	10,9	829,6	0,46
Park Way	68,20	2,68	14,29%	2,1	5.945,60	0,50
Planaltina	15,10	1,15	18,84%	3,9	1.139,40	0,50
Plano Piloto	75,90	5,40	11,58%	2,5	6.749,80	0,48
Recanto das Emas	11,60	12,67	18,81%	11,4	859,5	0,47
Riacho Fundo	24,80	17,38	15,94%	9,7	1.321,20	0,51
Riacho II	15,40	26,55	17,90%	5,3	803,1	
Samambaia	17,40	23,00	16,60%	12,2	997,1	0,57
Santa Maria	15,90	6,00	17,62%	10,1	990,8	0,52
São Sebastião	18,10	3,24	18,61%	11,3	1.374,50	0,50
SCIA/Estrutural	4,50	47,89	22,04%	8	573,3	0,47
SIA	50,00	0,57	16,27%	2,1	3.800,20	0,49
Sobradinho	33,60	2,99	15,48%	5,2	2.128,40	0,51
Sobradinho II	32,40	3,84	16,33%	4,8	2.353,60	0,54
Sol Nascente	9,00	21,05	20,94%	*	*	*
Sudoeste/Octogonal	83,50	91,82	10,34%	1,5	7.131,40	0,41
Taguatinga	36,80	25,53	14,86%	6,9	2.211,60	0,52
Varjão	7,90	116,49	19,77%	12,9	840,6	0,48
Vicente Pires	46,60	25,83	16,27%	4,4	2.978,60	0,56

Fonte: CODEPLAN

ANEXO V

Dados Socioeconômicos – 2021

Região Administrativa	Educação - Superior Completo (%)	Densidade Demográfica	População Jovem - 15 a 24 (%)	População Desocupada (%)	Renda per capita média	Índice Gini
Águas Claras	78,40	52,54	10,20%	4	5.900,80	0,33
Arniqueiras	37,30	35,22	16,45%	8,7	2.827,10	0,49
Brazlândia	21,90	1,17	18,11%	21,5	1.213,60	0,40
Candangolândia	36,40	24,66	14,37%	9,1	2.430,60	0,43
Ceilândia	14,20	18,19	16,02%	12,8	1.727,50	0,49
Cruzeiro	57,20	337,53	12,22%	4,1	4.464,00	0,39
Fercal	6,60	0,79	19,11%	14,6	892,7	0,37
Gama	27,30	4,98	17,03%	11	1.772,90	0,40
Guará	56,90	55,44	13,85%	7,2	3.678,60	0,410
Itapoã	11,90	21,68	20,43%	15,7	1.041,70	0,38
Jardim Botânico	63,70	5,82	14,50%	4,7	6.003,80	0,42
Lago Norte	72,00	5,73	11,80%	6,1	6.489,00	0,42
Lago Sul	87,20	1,66	13,01%	1,3	10.979,10	0,34
Núcleo Bandeirante	40,00	51,60	14,24%	8,8	2.892,00	0,36
Paranoá	10,40	0,89	18,99%	15,4	1.102,30	0,43
Park Way	80,50	3,02	13,55%	1,8	7.957,40	0,42
Planaltina	18,50	1,21	18,11%	17,1	1.308,60	0,48
Plano Piloto	75,70	5,49	10,70%	3,1	7.051,60	0,38
Recanto das Emas	16,00	13,02	17,07%	17,5	1.154,80	0,40
Riacho Fundo	34,00	18,66	15,51%	9,9	2.060,20	0,49
Riacho II	16,90	22,62	28,15%	13,6	1.563,60	0,43
Samambaia	28,50	24,46	15,88%	14,4	1.806,40	0,47
Santa Maria	21,90	6,10	16,76%	12,2	1.503,50	0,44
São Sebastião	13,40	3,34	20,20%	13,5	1.063,10	0,41
SCIA/Estrutural	4,60	50,59	22,03%	13,4	695,4	0,43
SIA	43,60	0,64	8,23%	*	2.761,10	0,37
Sobradinho	36,50	3,65	14,79%	15,5	2.619,30	0,47
Sobradinho II	26,30	3,53	16,48%	13,8	1.560,20	0,40
Sol Nascente	6,70	23,02	21,55%	13	915,5	0,39
Sudoeste/Octogon	86,30	94,54	10,66%	0	7.842,20	0,33
Taguatinga	36,80	26,13	14,11%	8,5	2.591,90	0,41
Varjão	13,70	118,49	19,36%	14,6	1.210,50	0,42
Vicente Pires	45,10	30,52	15,97%	5,9	2.987,60	0,42

Fonte: CODEPLAN

ANEXO VI

CVLI's em Números Absolutos

Região Administrativa	2011	2013	2015	2018	2021	2023
Águas Claras	16	8	11	7	5	4
Arniqueiras	*	*	*	*	3	2
Brazlândia	30	20	21	24	9	5
Candangolândia	5	8	6	0	1	1
Ceilândia	137	169	117	97	51	48
Cruzeiro	2	0	4	0	1	0
Fercal	*	4	2	2	4	3
Gama	48	39	41	28	14	13
Guará	11	14	19	5	10	3
Itapoã	38	12	31	20	14	13
Jardim Botânico	0	1	0	0	1	0
Lago Norte	3	1	5	1	3	2
Lago Sul	2	1	1	3	0	0
Núcleo Bandeirante	3	6	1	3	2	0
Paranoá	26	23	25	13	15	11
Park Way	1	0	2	1	0	1
Planaltina	93	91	62	53	18	24
Plano Piloto	20	23	24	20	7	6
Recanto das Emas	39	40	41	24	12	10
Riacho Fundo	9	11	5	4	2	2
Riacho II	11	4	5	8	10	1
Samambaia	66	56	49	33	25	26
Santa Maria	56	60	60	22	17	18
São Sebastião	45	46	27	29	23	18
SCIA/Estrutural	34	33	25	20	19	16
SIA	6	3	1	4	1	1
Sobradinho	8	6	21	14	8	5
Sobradinho II	25	11	23	18	5	7
Sol Nascente	*	*	*	*	30	15
Sudoeste/Octogonal	0	1	0	0	0	1
Taguatinga	41	42	42	27	17	18
Varjão	6	3	0	1	1	1
Vicente Pires	10	7	4	7	3	5
Total Geral	791	743	675	488	331	280

Fonte: DATE/DGI/PCDF

ANEXO VII

População do Distrito Federal por RA

Região Administrativa	2011	2013	2015	2018	2021
Águas Claras	109.993	118.864	148.548	115.333	120.107
Arniqueiras	*	*	*	45.851	47.045
Brazlândia	49.419	51.121	52.868	53.534	55.879
Candangolândia	15.953	16.886	16.874	16.489	16.339
Ceilândia	404.286	451.872	427.146	345.501	350.347
Cruzeiro	31.230	32.182	31.706	31.079	30.860
Fercal	*	8.408	8.551	8.583	9.388
Gama	127.475	134.958	132.134	132.466	137.331
Guará	107.816	119.923	125.786	134.002	142.083
Itapoã	56.360	59.694	58.900	62.208	65.373
Jardim Botânico	23.856	25.302	26.012	26.449	53.045
Lago Norte	33.528	34.182	33.150	33.103	37.539
Lago Sul	29.677	30.629	29.713	29.754	30.446
Núcleo Bandeirante	22.568	23.714	23.696	23.619	24.093
Paranoá	42.428	46.233	43.798	65.533	69.858
Park Way	19.649	19.727	20.155	20.511	23.081
Planaltina	161.812	185.375	172.447	177.492	186.498
Plano Piloto	209.926	216.489	215.759	221.326	224.848
Recanto das Emas	124.755	198.997	129.720	130.043	133.564
Riacho Fundo	35.269	37.606	40.091	41.410	44.464
Riacho II	37.051	39.424	56.353	85.658	72.988
Samambaia	201.871	228.356	220.304	232.893	247.629
Santa Maria	119.444	122.721	128.770	128.882	130.970
São Sebastião	77.793	98.908	105.090	115.256	118.972
SCIA/Estrutural	32.148	35.094	34.433	35.520	37.527
SIA	2.448	1.997	1.406	1.549	1.737
Sobradinho	59.023	63.715	60.913	60.077	73.438
Sobradinho II	94.279	97.466	87.135	85.574	78.837
Sol Nascente	*	*	*	85.229	93.217
Sudoeste/Octogonal	51.565	52.273	52.804	53.770	55.366
Taguatinga	197.783	212.863	203.670	205.670	210.498
Varjão	9.021	9.292	8.840	8.802	8.953
Vicente Pires	67.783	72.415	66.287	66.491	78.561
Total Geral	2.556.209	2.846.686	2.763.059	2.879.657	3.010.881

Fonte: CODEPLAN

ANEXO VIII

Área Total por RA em hectares

Região Administrativa	Área Total (Em Ha)
Águas Claras	2.286
Arniqueiras	1.336
Brazlândia	47.685
Candangolândia	663
Ceilândia	19.266
Cruzeiro	91
Fercal	11.877
Gama	27.559
Guará	2.563
Itapoã	3.016
Jardim Botânico	9.115
Lago Norte	6.554
Lago Sul	18.343
Núcleo Bandeirante	467
Paranoá	78.877
Park Way	7.646
Planaltina	153.848
Plano Piloto	40.989
Recanto das Emas	10.261
Riacho Fundo	2.383
Riacho II	3.226
Samambaia	10.126
Santa Maria	21.463
São Sebastião	35.571
SCIA/Estrutural	742
SIA	2.704
Sobradinho	20.122
Sobradinho II	22.307
Sol Nascente	4.049
Sudoeste/Octogonal	586
Taguatinga	8.056
Varjão	76
Vicente Pires	2.574
Total Geral	576426,5

Fonte: CODEPLAN